



# ALTA FLORESTA D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

## MINUTA DE EDITAL

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº67/2025</b>			
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº1284 /2025</b>			
<b>RESUMO DOS DADOS DA LICITAÇÃO</b>			
Abertura da Sala de Disputa: <b>06/01/2026 às 10:00h</b> (horários de Brasília), no sítio: <b><a href="https://licitanet.com.br/">https://licitanet.com.br/</a></b> .		Limite para solicitação de esclarecimentos e impugnação: Até 3 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.	
Encerramentodo prazo para cadastro daspropostas: Até o momento que antecede a abertura da Sessão pública.			
Aquisição de 01 (UM), <b>ÔNIBUS RODOVIÁRIO 0KM – MODELO EXECUTIVO – 60 LUGARES, DESTINADO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO TFD DE PACIENTES DOS SERVIÇOS ELETIVOS DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO</b> , a fim de viabilizar a execução de serviços e ações de Saúde no Município de Alta Floresta D'Oeste/RO.			
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO R\$2.624.666,66 (Dois Milhões, Seiscentos e Vinte e Quatro Mil, Seiscentos e Sessenta e Seis Reais e Sessenta e Seis Centavos).</b>			
<b>FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS</b>	<b>VISITA TÉCNICA</b>	<b>MINUTA DE CONTRATO</b>	
NÃO	NAO	SIM	
<b>TIPO DA LICITAÇÃO</b>	<b>MODO DE DISPUTA</b>	<b>INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES</b>	
MENOR PREÇO POR ITEM	ABERTO	R\$200,00	
Os documentos de habilitação são os constantes anexo II do edital.			
<b>LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A ME/EPP?</b>	<b>RESERVA DE COTA PARA A ME/EPP?</b>	<b>PRIORIDADE PARA A ME/EPP LOCAL OU REGIONAL?</b>	<b>EXIGE AMOSTRA?</b>
NÃO	NAO	NAO	NÃO
Prazo para envio da proposta definitiva e documentos complementares: 02 (duas) horas após convocação do pregoeiro			
Telefone para contato: 69 3641-2463		E-mail:cpl@altafloresta.ro.gov.br	



## SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº67/2025 Processo Nº:1284/2025

### INFORMAÇÕES PRELIMINARES

**Data da Abertura: 06/01/2026**

**Horário para Início da Sessão: 10:00h(Brasília-DF)**

**Local:** No endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA DOESTE, através do(a) Pregoeiro(a) Oficial, designado(a) pelo Decreto 10.979/2025, com sede na Av Brasil 3044, - Bairro: Redondo, na cidade de Alta Floresta D Oeste - Estado de Rondônia torna público que, devidamente autorizada pelo Prefeito Municipal, na forma do disposto nos processo administrativo n.º 1284/2025, que no dia, hora e local indicados no presente edital, será realizada licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **MENOR PREÇO** julgado pelo valor do **ITEM**, realizado por meio da internet, no site: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

*Todas as Cotações de Preços, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos de Média são de inteira responsabilidade do setor/autarquia que os efetuou, não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Pregoeiro ou à Comissão com relação aos mesmos.*

### FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS

- \* Endereço: Av Brasil 3044- Bairro Redondo – Alta Floresta D Oeste - RO
- \* Pregoeiro(a): **Celia Ferrari Bueno**
- \* E-mail: [cpl@altafloresta.ro.gov.br](mailto:cpl@altafloresta.ro.gov.br)
- \* Fone/Fax: 69 3641-2463

Todas as informações oficiais pertinentes a presente licitação poderão ser acessadas gratuitamente nos sites: [www.Altafloresta.ro.gov.br](http://www.Altafloresta.ro.gov.br) > [Portal de Transparência](http://Portal de Transparência) > [Licitações](http://Licitações) (<http://transparencia.altafloresta.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes>) e [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), bem como no Mural da Prefeitura de Alta Floresta DOeste, Associação Rondoniense dos Municípios/AROM ([www.diariomunicipal.com.br/arom](http://www.diariomunicipal.com.br/arom))".

### 1. CONDIÇÕES PRELIMINARES

**1.1** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

**1.2** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no LICITANET e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as constantes do Edital.

**1.3** Os trabalhos serão conduzidos por Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste- Rondônia.

**1.4** Todos os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília – DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

### 2. DISPOSIÇÕES LEGAIS



2.1 O certame será regido pela Lei nº 14.133, de 2021, com aplicação subsidiária do Decreto Federal 10.024/2019, Decreto Federal Nº 11.462, de 31 de março de 2023 e ainda pelo Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078 de 11/09/90), Lei Complementar 123/2006 e 147/2014 e do disposto no presente edital.

### 3. DO OBJETO

3.1 Aquisição de 01 (UM), **ÔNIBUS RODOVIÁRIO 0KM – MODELO EXECUTIVO – 60 LUGARES, DESTINADO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO TFD DE PACIENTES DOS SERVIÇOS ELETIVOS DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO**, a fim de viabilizar a execução de serviços e ações de Saúde no Município de Alta Floresta D'Oeste/RO.

### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

4.1 A participação nos itens se dará em conformidade com a legislação vigente, a saber:

4.2 Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

4.2.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo *login* e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a **LICITANET**.

4.2.2 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observados data e horário limite estabelecidos.

a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos disponíveis na plataforma de execução: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

b) O licitante poderá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.

4.3 A **LICITANET** atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com a Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste-RO.

4.4 A **ME, EPP, MEI ou EIRELI**, para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade no desempate (art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06).

4.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e demais cominações legais.



**4.6** Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

**4.7** Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo a Prefeitura Municipal de Alta Floresta D Oeste-RO, em nenhum caso, responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.

**4.8** Não poderão participar desta licitação:

- I. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- II. Empresa que estiver em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- III. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- IV. Empresa impedida de licitar e contratar com o Município de Alta Floresta D Oeste;
- V. Empresa suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com o Município de Alta Floresta D Oeste;
- VI. Empresa punida com suspensão temporária do direito de licitar e contratar, por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição<sup>1</sup>.
- VII. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. (conforme Art. 14, Inc. IV da Lei 14.133/21).

**4.9** A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

**4.10** Serão aceitas somente cópias legíveis.

**4.11** Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país.

**4.12** Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país.

**4.13** Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital.



Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração da proposta de preços.

**4.14** Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

**4.15** O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**4.16** Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/06, 147/2014, deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

## 5. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

**5.1** Nos termos do art. 164 da Lei 14.133/2021, os pedidos de esclarecimentos decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos e as informações adicionais que se fizerem necessárias para a elaboração das propostas, referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, manifestando-se através do Sistema **LICITANET** ou ainda via e-mail [cpl@altafloresta.ro.gov.br](mailto:cpl@altafloresta.ro.gov.br), (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo Pregoeiro e equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (0XX69) 3641-2463), ou ainda, protocolar o original junto a CPL, situada na Av Brasil 3044 - Bairro: Redondo - em Alta Floresta D Oeste/RO - CEP: 76.954-000, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 07:30h às 13:30h (Horário de Rondônia), devendo o licitante mencionar o número do Pregão, ano e número do processo licitatório.

**5.1.1** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**5.2** As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos, disponibilizados publicamente a todos os interessados.

**5.3** Nos termos do art. 164 da Lei 14.133/2021, os pedidos de Impugnação deverão ser enviados ao Pregoeiro **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, manifestando-se através do Sistema **LICITANET** ou ainda via e-mail [cpl@altafloresta.ro.gov.br](mailto:cpl@altafloresta.ro.gov.br), (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo Pregoeiro e equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (0XX69) 3641-2463, ou ainda, protocolar o original junto a CPL, situada na Av Brasil 3044 - Bairro: Redondo - em Alta Floresta D Oeste/RO - CEP: 76.954-000, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 07:30h às 13:30h (Horário de Rondônia), devendo o licitante mencionar o número do Pregão, ano e número do processo licitatório.

**5.3.1** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, **decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação.

**5.3.2** A decisão do Pregoeiro quanto à impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação) e ainda através do campo próprio do Sistema



Eletrônico do site LICITANET, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

**5.3.3** Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

## 6. DO CREDENCIAMENTO

**6.1** Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**6.2** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de **Home Broker**, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

**6.3** O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos elencados na **alínea "a" do subitem 4.2.2**.

**6.4** O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a **LICITANET – Licitações On-line**, ou canceladas por solicitação do licitante.

**6.5** A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento On-Line (CHAT) do site **LICITANET – Licitações On-line**, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

**6.6** As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: **(34) 3014-6633, (34) 99678-7950 e (34) 99807-6633** ou pelo e-mail [contato@licitanet.com.br](mailto:contato@licitanet.com.br).

**6.7** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**6.8** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Alta Floresta D Oeste-RO, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**6.9** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

**6.10** Para que possam participar do presente pregão (*Como ME-EPP-MEI*), bem como gozar dos demais benefícios previstos nos capítulos V, da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, é necessário que a microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) ou ainda o microempreendedor individual (MEI), no campo próprio trazido pelo sistema, manifestem cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal.

## 7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO





**7.1** O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

**7.1.1** Quando do julgamento por Item, o licitante poderá cotar apenas os itens de seu interesse.

**7.1.2** Quando do julgamento por Lote, o licitante deverá cotar todos os itens do lote desejado, sob pena de invalidação da proposta sobre aquele lote.

**7.1.3** Quando do julgamento Global, o licitante deverá cotar todos os itens licitados, sob pena de invalidação da proposta.

## **8. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELO SISTEMA ELETRÔNICO**

**8.1** Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até o horário limite da Sessão Pública descrito no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

**8.2** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- I. Valor unitário e total dos itens;
- II. Marca;
- III. Fabricante;
- IV. Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);

**8.3** A etapa de encaminhamento da proposta será encerrada com a abertura da sessão pública.

**8.4** O envio da proposta ocorrerá por meio de uso da chave de acesso e senha, intransferíveis.

**8.5** O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

**8.6** A falsidade da declaração de que trata o 8.5 sujeitará a infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.6.1** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**8.6.2** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

**8.7** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

**8.8** Na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, observado o disposto no **caput**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de disputa e julgamento.



**8.9** As propostas de preços registradas no Sistema **LICITANET**, implicarão em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

**8.10** Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

**8.11** O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas na LICITANET e as especificações constantes no ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão as últimas.

**8.12** Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, os quais deverão compor sua proposta.

## 9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

**9.1** A partir da data e horário definidos para abertura do presente certame, conforme descrito no preâmbulo deste edital, e em conformidade com o estabelecido neste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste edital.

**9.1.1** O Pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo "CADASTRO DE PROPOSTA" do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos **(podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente)**, DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

**9.2** Os lances serão realizados em conformidade com a Lei Federal Nº 14.133/21 Art. 56 inc. I e II, no modo de disputa **ABERTO** ou **ABERTO E FECHADO**, conforme definido e cadastrado no sistema da Plataforma LICITANET;

**9.3** Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, o Pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DESCLASSIFICARÁ**.

**9.3.1** O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexequível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

**9.3.2** Quando houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do §2º do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/21.

**9.4** AS LICITANTES DEVERÃO MANTER A IMPESSOALIDADE, NÃO SE IDENTIFICANDO DURANTE A FASE DE LANCES, SOB PENA DE SEREM **DESCLASSIFICADAS** DO CERTAME PELO PREGOEIRO.





**9.5** Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), conforme Edital.

**9.6** Todas as licitantes poderão apresentar lances para os **ITENS E/OU LOTES** cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**9.6.1** Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o melhor valor ofertado, os lances serão ofertados observando-se as seguintes condições:

**9.6.2** Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes nos ANEXOS I e III – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o Pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

**9.7** A abertura e da fase de lances “via Internet” será feita pelo Pregoeiro, sendo o Sistema Licitanet, responsável pelo encerramento dos prazos aleatórios, prazos adicionais e demais fases do certame, definidas conforme modo de Disputa definido no Item 10.

**9.8** As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação;

**9.9** O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances;

**9.10** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

**9.11** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

**9.12** Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o Pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

**9.12.1** A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item/lote**;

**9.12.2** O proponente que encaminhar o lance com valor aparentemente inexequível durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil, para exclusão e/ ou reformulação do lance, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta **DESCCLASSIFICADA** na fase de aceitabilidade;

## 10. DO MODO DE DISPUTA

**10.1** No presente certame, o modo de disputa será o modo **ABERTO**, nos termos do Decreto Federal de nº 10.024/2019.



**10.2 Modo de Disputa Aberto** (Inciso I, Art. 31 do Decreto 10.024/2019) - A etapa de envio de lances na sessão pública durará **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**10.2.1** O fornecedor somente poderá encaminhar lance com intervalo mínimo entre eles de R\$0,01 (um centavo) menor que o valor do último lance.

§ 1º - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação.

§ 2º - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§ 3º - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto Federal 10.024/2019, mediante justificativa.

**10.3 Modo de Disputa Aberto e Fechado** (Inciso II, Art. 31 do Decreto 10.024/2019) - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **quinze minutos**.

§ 1º - Encerrado o prazo previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o **período aleatório de até dez minutos**, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º - Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º - Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

§ 4º - Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º - Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.

§ 6º - Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º.

## 11. DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO

**11.1** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**11.1.1** O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

**11.1.2** Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas vinte e quatro horas após



a comunicação do fato aos participantes, através do CHAT MENSAGEM, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

## 12. DO DESEMPATE

**12.1** Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na Lei Municipal 3.696/2016, seguido da aplicação do critério estabelecido no art. 60º da Lei nº 14.133, de 2021, se não houver licitante que atenda às primeiras hipóteses.

**12.1.1** Serão aplicados os mesmos critérios de desempate caso não haja envio de lances na fase competitiva, sendo a proposta inicial considerada como vinculatória caso não tenha sido retirada. (Art. 26, § 6º do Dec. 10.024/2019)

**12.2** Entende-se por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

**12.2.1** Na modalidade de pregão, o intervalo percentual será de **5% (cinco por cento)** superior ao melhor preço;

**12.2.2** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos percentuais estabelecidos, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**12.3** Em caso de empate entre empresas não declarantes ME/EPP, o sistema automaticamente verificará se existe empresa declarante ME/EPP cujo valor de seu lance é maior ou igual que o lance empatado, mais 5% (cinco por cento).

**12.3.1** Caso não exista ou estas não manifestarem interesse persistindo o empate, o sistema desempatará o certame através de sorteio.

**12.3.2** Caso exista, o sistema automaticamente convocará a empresa declarante mais bem classificada para apresentar um lance final. Se o valor deste lance for inferior àquele considerado vencedor do certame, o sistema dará como vencedora esta empresa;

**12.3.3** Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na mesma hipótese, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**12.4** Ocorrendo o empate na disputa de itens de Participação Exclusiva ou Cotas Reservadas para ME/EPP/MEI, quanto à preferência das empresas declarantes ME/EPP/MEI sediadas local, regional ou Estadualmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conforme Item 12 do presente edital.

**12.4.1** Caso as empresas empatadas possuam o mesmo critério de preferência, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

## 13. DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS



**13.1** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

**13.2** Após finalização dos lances, negociações e atualizações dos preços, o Pregoeiro examinará a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da SECRETARIA, bem como, se o valor unitário e total se encontram com no **máximo 02 (duas) casas decimais;**

**13.2.1** O Pregoeiro não aceitará proposta final cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação, apurado pelo Setor responsável. Vide art. 59 inciso III da lei 14.133/21.

**13.2.2** Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso a licitante divergir com o exigido, o Pregoeiro, poderá convocar para atualização do referido valor, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOR automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

## 14. DA PROPOSTA DE PREÇOS

**14.1** Se a proposta de preços não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital;

**14.2** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;

**14.2.1** A desistência em apresentar lance implicará a Licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado.

**14.3** O pregoeiro poderá solicitar PROSPECTO/FOLDER/CATÁLOGO/ENCARTES/FOLHETOS TÉCNICOS OU LINKS OFICIAIS do objeto, objetivando avaliar a compatibilidade do item ofertado, sob pena de desclassificação em caso de descumprimento das exigências ou do prazo estipulado;

**14.4** Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

**14.4.1** Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

**14.4.2** Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o Pregoeiro procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

**14.4.3** Diante de divergências claramente resultantes de erro de digitação ou preenchimento, o pregoeiro se reserva o direito de solicitar a correção da proposta.



## 15. DA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA

**15.1** A relação de documentos requisitados para comprovação da habilitação do licitante no presente certame encontra-se no **Anexo II** deste edital.

**15.2** A habilitação do licitante será comprovada mediante consulta da documentação especificada neste Edital.

**15.3** A consulta deverá comprovar que o licitante se encontrava regular na data marcada para abertura das propostas.

**15.4** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**15.5** Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III. Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

**15.6** A Administração, por meio da Comissão ou servidor(es) designado(s), poderá ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor as penalidades previstas em lei caso haja ateste de informações inverídicas.

## 16. DA HABILITAÇÃO

**16.1** Encerrada a fase de lances e negociação, o(a) pregoeiro(a) solicitará do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, o envio da Documentação de Habilitação elencada no **Anexo II** do presente edital, observado o prazo limite de até 02 (duas) horas, conforme o § 2º do art. 38 do Decreto Federal 10.024/2019.

**16.1.1** A critério da administração, poderá o prazo limite ser prorrogado por igual período, de forma justificada.

**16.2** O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar também a proposta de preços adequada ao último valor ofertado, devidamente preenchida na forma do **Anexo IV – Modelo de Proposta Definitiva**.

**16.2.1** O encaminhamento se dará através do módulo HABILITANET no rol de menus da Sala de Disputa, dentro do prazo estabelecido, após a fase de lances.

**16.2.2** Poderá ainda ser utilizado o relatório de Proposta Final expedido pelo sistema LICITANET em substituição, sem prejuízo do procedimento licitatório.



**16.3** A proposta Final corrigida e atualizada ao último valor ofertado terá validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos a partir da data de sua entrega.

**16.4** O preenchimento da Proposta Final deve seguir estritamente a ordem e numeração dos itens conforme Anexo III - Estimativa de Custos.

**16.5** O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, se for o caso (inc. III, Art. 13, Decreto nº. 12.205/2006), bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (inc. IV, Art. 13, Decreto nº. 12.205/2006).

**16.6** Todos os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, conforme disposto no Art. 43 do Decreto Federal 10.024/2019, inclusive quando a legislação ou o edital exijam apresentação de planilha de composição de preços.

**16.7** O Pregoeiro poderá suspender a sessão para análise da documentação de habilitação.

**16.8** Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, poderá o Pregoeiro considerar o proponente INABILITADO.

**16.9** A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios quanto aos documentos exigidos para habilitação que puderem ser emitidos pelo Pregoeiro via online, gratuitamente, quando da ocorrência de eventuais problemas técnicos de sistemas ou quaisquer outros, pois é de inteira responsabilidade das licitantes a apresentação dos documentos exigíveis legalmente quando da convocação.

**16.10** Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos nos últimos 90 (noventa) dias para a Certidão de Falência e Recuperação Judicial, e emitidos nos últimos 60 (sessenta) dias para as demais.

**16.11** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

**16.12** Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP e que não incorram nas hipóteses de desenquadramento, a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

**16.13** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar **toda a documentação exigida** para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**16.13.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**16.13.2** A não regularização da documentação, no prazo previsto nos itens acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no § 2º do artigo 90 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os





licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, assinatura do contrato ou revogar a licitação.

**16.14** A Administração se reserva no direito de diligenciar, a qualquer momento, no sentido de verificar a validade e a autenticidade de qualquer certidão apresentada. Havendo divergências, será considerada válida pela Administração a certidão obtida com data mais recente.

**16.15** Também em sede de diligência, havendo dúvidas sobre a veracidade dos documentos apresentados para habilitação ou sua compatibilidade com as exigências editalícias, poderá ser solicitada a exibição de documentos complementares como: termo de contrato, atas de registro de preços, notas de empenho, notas fiscais ou outros considerados pertinentes.

**16.16** Nos casos em que o objeto social cadastrado se mostrar confuso, dúbio ou pouco objetivo, o pregoeiro poderá abrir diligência com o único fim de apurar se a licitante atua em ramo pertinente ao objeto da presente licitação.

**16.17** Na fase de Habilitação, após ACEITA e comprovada a Documentação de Habilitação, o Pregoeiro HABILITARÁ a licitante, em campo próprio do sistema eletrônico.

## 17. DOS RECURSOS

**17.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**17.2** Declarado o vencedor qualquer licitante poderá, durante o prazo de **10 minutos**, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (clicando no botão **ENTRAR C/ RECURSO**), manifestar sua intenção de recorrer.

**17.3** A falta de manifestação, imediata e motivada, da intenção de recurso quanto ao resultado do certame importará na preclusão do direito recursal, autorizando a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

**17.4** O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

**17.5** O licitante que tiver sua intenção de recurso aceito deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias conforme previsto no § 2º do art. 165 da Lei nº 14.133, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar as contrarrazões previstas no § 4º do art. 165 da Lei nº 14.133, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.

**17.6** Os recursos serão dirigidos à Secretaria solicitante, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em até 10 (dez) dias úteis ou, nesse período, fazê-los subir, devidamente informados, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

**17.7** O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**17.8** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.



**17.9** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da CPL, na Sede do Município de Alta Floresta D'Oeste-RO, no endereço mencionado anteriormente.

## **18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**18.1** Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS/LOTES e encaminhará os autos para ADJUDICAÇÃO pela autoridade competente.

**18.1.1** Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante da sua recusa, aos licitantes remanescentes.

**18.1.2** Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

**18.1.3** Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, haverá prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

**18.2** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

**18.3** A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro e efetuada pela Autoridade Competente.

**18.4** A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e será realizada depois da adjudicação.

**18.5** Quando houver recurso e o Pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do Pregoeiro.

**18.6** Independente da forma de julgamento (por ITEM, por LOTE ou GLOBAL), o objeto deste Pregão será adjudicado **POR ITEM** ao licitante vencedor.

## **19. DA COMUNICAÇÃO COM O FORNECEDOR**

**19.1** A convocação da licitante será feita através da emissão e encaminhamento da Ata de Registro de Preços e ordem de fornecimento ou outro termo equivalente, à Adjudicatária.

**19.2** A convocação será realizada preferencialmente via e-mail (informado pela adjudicatária em sua proposta), com aviso de recebimento, acompanhado do anexo contrato ou documento equivalente, para impressão, assinatura e devolução via postal. Através do mesmo endereço eletrônico, a CONTRATANTE enviará as comunicações necessárias durante a vigência contratual.

**19.3** O prazo para assinatura e envio será de até 3 (três) dias úteis, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail, nos termos do art. 90 da lei 14.133/21.

**19.4** A adjudicatária localizada na cidade de Alta Floresta D'Oeste - RO poderá facultativamente entregar na sede da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D Oeste, localizada à Av Brasil 3044, bairro redondo, no prazo acima estabelecido.



**19.5** Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa dos documentos por via postal, para assinatura da adjudicatária.

**19.6** As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de e-mail corporativo, reputando-se válidas as enviadas em e-mail incluído na proposta ou documentos apresentados pelo contratado.

**19.7** A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

**19.8** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor. (§ 2º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021).

**19.9** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**19.10** Nos termos do § 4º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021, na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do Item **20.8**, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**19.11** A recusa da adjudicatária em assinar a ARP no prazo informado, durante a vigência da proposta, caracteriza-se como inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-a à aplicação de penalidade nos termos deste Edital e legislação vigente. (§ 5º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021).

## 20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**Órgão/Unidade orçamentária:** 03.001 - Fundo Municipal de Saúde

**Reduzido:** 101

**Projeto/Atividade:** 10.301.0025.1.226 – Aquisição de Ônibus Executivo Rodoviário

**Elemento de despesa:** 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

## 21. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

**21.1** O contratado obriga-se a fornecer o objeto a ele adjudicado, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus anexos, e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo no caso de divergência às especificações e condições presentes no Instrumento Convocatório.



**21.2** Quaisquer vantagens apresentadas pelo licitante vencedor em sua proposta de preços, se pertinentes e aceitas pela administração, poderão ser acrescentadas à contratação, passando a constituir-se uma obrigação para o contratado.

**21.3** A execução dos compromissos assumidos pela participação no certame, bem como os casos omissos em edital e contrato, regular-se-ão pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, combinado com o inciso III do art. 92, ambos da Lei nº 14.133/2021.

**21.4** Fica vedada a transferência ou cessão do contrato.

**21.5** É vedada a subcontratação total do objeto deste Pregão, sendo a subcontratação parcial possível em casos excepcionais, com prévia anuência da Administração.

**21.6** Constituem-se como cláusulas contratuais, a serem observadas durante a execução do objeto, as obrigações do licitante abordadas neste edital, incluídas aquelas pormenorizadamente descritas nos anexos do Instrumento Convocatório.

**21.7** O Contratado fica obrigado a aceitar alterações no quantitativo previsto em edital, no limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, sem que isso implique em alterações de preços contratados, de acordo com o estabelecido no artigo 124 da Lei 14.133/21;

## 22. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

**22.1** Em conformidade com o artigo 140, inciso II da Lei nº. 14.133/21, o objeto da presente licitação será recebido:

- I. **Provisoriamente** – para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, mediante termo de recebimento provisório pelo servidor responsável pelo recebimento, no verso da fatura/nota fiscal ou Termo de Recebimento Provisório; e
- II. **Definitivamente** – será efetuado mediante Termo de Recebimento, após a verificação da conformidade/adequação e consequente aceitação pelo fiscal do contrato (ou comissão).

**22.2** Em conformidade com o § 1º do art. 140 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, se no recebimento do objeto for constatada sua execução de forma incompleta ou em desacordo com as condições avençadas, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação, nos termos do art. 119 da Lei de licitação.

**22.3** O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado, corrigido ou substituído conforme escrito no Termo de Referência, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Nesse caso, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

**22.4** Caso o objeto seja REJEITADO, o termo de recebimento provisório perderá todos os efeitos jurídicos, inclusive o de purgação de eventual mora contratual.

**22.5** Se o particular realizar a substituição, adequação e/ou reparos necessários dentro do prazo estipulado, será recebido provisoriamente pelos agentes acima mencionados e em definitivo, após constatar-se a conformidade em face dos termos pactuados.



**22.6** Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do Contrato, com base no que dispõe o art.155 da Lei n. 14.133/21, bem como a aplicação de penalidades, conforme o disposto no art. 137 da referida Lei, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

**22.7** O pagamento será efetuado de acordo com as quantidades solicitadas, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários.

**22.8** O pagamento será efetuado **de acordo com o Termo de Referência**, ambos contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.

**22.9** Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

**22.10** A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do Contratante, aos cuidados do fiscal do contrato.

**22.11** Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

**22.12** Faculta-se à Administração, quando viável, a verificação da manutenção dos requisitos de habilitação do contratado através de consulta em sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

**22.13** O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação do Fiscal do Contrato na fatura/nota fiscal e a documentação da empresa estiver regular. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para o Município de Alta Floresta D Oeste.

**22.14** Sanadas a irregularidades, o prazo será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pelo contratado.

**22.15** O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

- I. Existência de qualquer débito para com o Contratante; e
- II. Execução do objeto em desacordo com as condições contratadas.

## **23. DAS PENALIDADES** *(Art.92º, IncisoXIV, Arts.155ºao163º da lei14.133/2021)*

**23.1** As Sanções e Penalidades serão aplicadas ao responsável por infrações administrativas, conforme disposto no Item 15 do Termo de Referência.

## **24. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**24.1** A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa,



vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade;

**24.2** A LICITANTE deverá assumir todos os custos de elaboração da proposta, não sendo o Município de Alta Floresta D Oeste-RO, em qualquer hipótese, responsável pelos mesmos, independentemente do resultado da licitação;

**24.3** A Administração, a qualquer tempo, antes da data da sessão inaugural, poderá proceder às alterações concernentes a esta licitação, por sua iniciativa, fornecendo o correspondente adendo a todas as interessadas, sendo-lhe facultado em, sendo o caso, adiar a data do recebimento das documentações e propostas;

**24.4** As omissões porventura existentes neste instrumento convocatório serão sanadas pelo Pregoeiro, responsável pelo certame, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, bem como diretrizes expedidas pelos órgãos que se constituírem fontes de recursos financiadores.

**24.5** A critério do Município de Alta Floresta D Oeste-RO esta licitação poderá:

**24.5.1** SER ANULADA: Se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou

**24.5.2** SER REVOGADA: Ajuízo do Município de Alta Floresta D Oeste -RO, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou

**24.5.3** Ter a data de abertura transferida, por conveniência exclusiva da administração.

**24.6** Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta licitação, o seguinte:

**24.6.1** A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar; seguindo o disposto na Lei Federal Nº14.133/21;

**24.6.2** A nulidade do procedimento licitatório induz à do empenho, ressalvado o disposto na condição anterior; e;

**24.6.3** No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**24.7** O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do contrato como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o ofertado em lance verbal ou negociado

**24.8** Em casos excepcionais, o Pregoeiro poderá ampliar o prazo de recebimento dos documentos em virtude de não prejudicar o interesse público;

**24.9** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

**24.10** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.





**24.11** As normas que disciplinam este PREGÃO ELETRÔNICO serão sempre interpretadas em favor da ampliação, da disputa entre interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato;

**24.12** A declaração e a adjudicação da licitante vencedora desta licitação não implicarão direito à contratação ou a obrigatoriedade de ser adquirido o objeto;

**24.13** Para efeito de contratação, aquisição e pagamento prevalecerá, o menor preço escrito, todos devidamente registrados em Ata;

**24.14** Havendo conflito de interpretação entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem do Edital, e em seguida o Termo de Referência, a Minuta do Contrato e por último os demais anexos;

**24.15** Em divergência em relação ao quantitativo, prevalecerá o contido no ANEXO III (Estimativa de Custos);

**24.16** Aos casos omissos aplicam-se as demais condições constantes da Lei Federal nº. 14.133/21;

**24.17** Não havendo expediente na data determinada, ou na ocorrência de qualquer outro fato que impossibilite a realização deste Pregão, a sessão será adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo horário e local, salvo disposição em contrário.

**24.18** Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os autos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**24.19** Não cabe à LICITANET – Licitações On-line qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

**24.20** Informações complementares poderão ser obtidas no horário das 7h30m às 13h30m (horário local), pelo telefone (69) 3641-2463, ou pelo e-mail: [cpl@altafloresta.ro.gov.br](mailto:cpl@altafloresta.ro.gov.br). O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados nos endereços eletrônicos [www.altafloresta.ro.gov.br](http://www.altafloresta.ro.gov.br) e [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

## 25. ANEXOS

**25.1** Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- ANEXO I** - Termo de Referência;
- ANEXO II** - Condições para Habilitação;
- ANEXO III** - Quadro Estimativa de Custos;
- ANEXO IV** - Modelo de Proposta Comercial;
- ANEXO V** - Modelo de Declaração Conjunta;
- ANEXO VI** - Minuta do Contrato.

Alta Floresta D Oeste, 15 de dezembro de 2025.



**TERMO DE REFERÊNCIA – LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.**

COMPRAS – MODELO AGU VERSÃO NOV/2024

(Processo Administrativo nº 1284 / 2025 )

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)**

**1.1. Aquisição de 01 (UM), ÔNIBUS RODOVIÁRIO 0KM – MODELO EXECUTIVO – 60 LUGARES, DESTINADO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO TFD DE PACIENTES DOS SERVIÇOS ELETIVOS DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO, a fim de viabilizar a execução de serviços e ações de Saúde no Município de Alta Floresta D'Oeste/RO, mediante a realização de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA do tipo MENOR PREÇO, conforme a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.**

**1.2** Objetivando a execução de Convênio com o Governo do Estado de Rondônia, repasse Fundo à Fundo, nos termos da Portaria nº 7940 de 10 de dezembro de 2024, recurso de Emenda Parlamentar, Processo SEI 0036.052286/2025-31, no valor de R\$3.000.000,00 (Três Milhões de Reais).

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	VALORES MÁXIMOS	
					VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	35166	ÔNIBUS RODOVIÁRIO, NOVO, 0 KM, NA COR PRETA, ANO FAB/MOD 2025 OU SUPERIOR, CONTENDO AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CHASSI: DIMENSÕES: BALANÇO DIANTEIRO 2.200MM, ENTRE-EIXO 2.600MM, BALANÇO TRASEIRO 2.670MM, PESO BRUTO TOTAL (PBT) HOMOLOGADO 27.000 TON, COM PLATAFORMA DO MOTORISTA TIPO LOW DRIVE MOTOR: TRASEIRO, 06 CILINDROS, ADEQUADO A NORMA PROCONVE P8 / EURO 6, COM POTÊNCIA ISO 1585 (HP) DE 449 CV A 460 CV COM (330 KW a 345 KW COM 1400 a 1800 RPM) E OU 450 HP COM (331 KW a 1.800 RPM), TORQUE ISO 1585 (Nm) 2.200 (Nm) a 2.350 (Nm) de 1.000 a 1.400 (rpm), MOTOR COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 12,8 a 13 LITROS (L), SISTEMA DE INJEÇÃO INDIVIDUAL DIRETA E OU COMMON RAIL E OU SEMELHANTE DE MESMA FUNCIONALIDADE, SISTEMA DE TRATAMENTO DE GASES REDUÇÃO CATALÍTICA SELETIVA DE MP e NOx (DOC + DPF + SCR) E OU SEMELHANTE COM A MESMA FUNCIONALIDADE, POLIA ADICIONAL PARA AR CONDICIONADO, PREPARAÇÃO PARA CAPITAÇÃO DE AR NO TETO TRANSMISSÃO: AUTOMÁTICA E OU AUTOMATIZADA COM ACIONAMENTO POR MEIO DE ALAVANCA, COM 12 MARCHAS + MARCHA RÉ; SUSPENSÃO: DIANTEIRA, EIXO MOTRIZ E EIXO TRASEIRO AUXILIAR COM BOLSÕES DE AR PNEUMÁTICA, AMORTECEDORES PARA CARROCERIA DOUBLE DECKER, CONTROLE ELETRÔNICO DA SUSPENSÃO ECAS E OU SEMELHANTE COM MESMA FUNCIONALIDADE, BARRA ESTABILIZADORA, SISTEMA DE AJOELHAMENTO E ELEVÇÃO DA SUSPENSÃO, SISTEMA ANTITOMBAMENTO, FREIOS: FREIOS DE SERVIÇO A TAMBOR E OU DISCO, REGULADOR AUTOMÁTICO DE LONAS DE FREIO ( EM CASO DE SER A TAMBOR), FREIO MOTOR, FREIO TOP BRAKE, SISTEMA ANTIPATINAÇÃO, RETARDER , SISTEMA DE FRENAGEM ELETRÔNICO (EBS) + ABS, FREIO DE PARADA, ASR SISTEMA ANTIPATINAÇÃO E OU SEMELHANTE COM MESMA FUNCIONALIDADE, CONTROLE DE ESTABILIDADE (ESP), SISTEMA DE FRENAGEM DE EMERGÊNCIA, LEITOR DE FAIXA DE ROLAGEM, MONITORAMENTO DE PRESSÃO E TEMPERATURA DOS PNEUS, SISTEMA DE TELEMETRIA, ASSISTENTE DE PARTIDA DE RMPA E OU SEMELHANTE COM A MESMA FUNCIONALIDADE, VOLUMES: TANQUE DE ARLA 32 DE 49 LITROS (L), RODAS e PNEUS: 9.00X22.5 ALUMINIO , 295/80 R.22.5, SISTEMA ELÉTRICO: ALTERNADOR 1X28V / 150 A, BATERIA LIVRE MANUTENÇÃO 2X12V 220Ah, CHAVE GERAL; EQUIPADO COM COMPUTADOR DE BORDO, PILOTO AUTOMÁTICO, TACÓGRAFO TIPO DIGITAL COM BOBINA DE PAPEL, SISTEMA DE DIREÇÃO: COLUNA DE DIREÇÃO REGULÁVEL, VOLANTE MULTIFUNCIONAL COM TECLAS. CARROCERIA: ENCARROÇAMENTO: MODELO DOUBLE DECKER (PANORÂMICO), MODELO DE CARROCERIA RODOVIÁRIA, VERSÃO DO CHASSI 8X2, TIPO DE SERVIÇO PISO INFERIOR LEITO, TIPO DO SERVIÇO PISO SUPERIOR SEMI-LEITO, POSIÇÃO DO CORREDOR PISO INFERIOR DESLOCADO, POSIÇÃO DO PISO SUPERIOR CENTRALIZADO, NÚMERO DE AUXILIARES NO CARRO 02, NÚMERO TOTAL DE PASSAGEIROS 60 (SESSENTA), QUANTIDADE DE PASSAGEIROS PISO INFERIOR 12 (DOZE), QUANTIDADE DE PASSAGEIROS PISO SUPERIOR 48 (QUARENTA E OITO), COMPRIMENTO TOTAL CARROCERIA 15.000 MM, LARGURA EXTERNA	UND	01	R\$2.624.666,66	R\$2.624.666,66



# ALTA FLORESTA D'OESTE

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	VALORES MÁXIMOS	
					VL. UNIT.	VL. TOTAL
		DE 2.600 MM, ALTURA EXTERNA CONSIDERANDO AR CONDICIONADO DE 4.100 MM, ALTURA INTERNA PISO SUPERIOR DE 1.780 MM, ALTURA INTERNA PISO INFERIOR DE 1.800MM, TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE PARA 650(L), BOCAL DE ABASTECIMENTO LADO ESQUERDO, POSIÇÃO DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL NO ENTRE-EIXO, PROPULSÃO DIESEL, SAÍDA DO ESCAPAMENTO POR BAIXO DO PARA CHOQUE TRASEIRO, SISTEMA DE CAPITAÇÃO DE AR NA TRASEIRA SUPERIOR LADO ESQUERDO, POSIÇÃO DO MOTORISTA LHD, POSIÇÃO DO SISTEMA DE ARREFECIMENTO DO MOTOR SENDO RADIADOR LADO DIREITO/ESQUERDA, COM GAIOLA UNIFICADA, COMPARTIMENTO PARA TACOGRÁFO, CORPO DA CARROCERIA: CARROCERIA COM CONCEITO ESTRUTURAL CONTRAN 629/16-ECE R66.02 VCA, BALANÇO DIANTEIRO DO CHASSI NORMAL (ORIGINAL DO CHASSI), PLATAFORMA DO MOTORISTA SOBRE O RODADO DIANTEIRO REBAIXADO (ORIGINAL CHASSI), PROTEÇÃO ANTI-CORROSIVA PARA AMBIENTE POUCO AGRESSIVO, REVESTIMENTO INTERNO DO TETO SENDO ABAIXO DAS JANELAS DO PISO SUPERIOR/INFERIOR NO PADRÃO DO FABRICANTE DA CARROCERIA DE FACIL LIMPEZA E OU SEMELHANTE COM A MESMA FUNCIONALIDADE, REVESTIMENTO INTERNO CENTRO TETO DO PISO INFERIOR TIPO BP PLUS REVESTIDO DE FACIL LIMPEZA E OU SEMELHANTE COM A MESMA FUNCIONALIDADE, ASSOALHO DE MADEIRA COM 12 MM DE ESPESSURA, PARA AMBOS OS PISOS SUPERIOR/INFERIOR, REVESTIMENTO DOS DEGRAUS DA ESCADA , CABINE DO MOTORISTA, TUNEL EM MATERIAL MADEIRADO DE ALTA RESISTÊNCIA E ANTI-DERRAPANTE DO TIPO TARAFLEX, GUARNIÇÃO JUNTO A ESCADA DO PISO INFERIOR, MATERIAL DA ESCADA EM FIBRA, REVESTIMENTO ASSOALHO ABAIXO DA(S) POLTRONAS PISO SUPERIOR/INFERIOR TIPO TAPATE MADEIRADO, REVESTIMENTO ASSOALHO CORREDOR DO PISO SUPERIOR/INFERIOR TIPO TAPATE MADEIRADO DE ALTA RESISTÊNCIA, ISOLAMENTO NA(S) CABECEIRA(S) TRASEIRA DO PISO INFERIOR, PACOTE TERMO-ACUSTICO E DE RUÍDO INTERNO E EXTERNO, ISOLAMENTO TÉRMICO NO TETO E NA(S) LATERAL(S) EM MATERIAL DO TIPO MANTA ELASTOMÉRICA E OU SEMELHANTE DE MESMA FUNCIONALIDADE, MATERIAL DE CHAPEAMENTO INFERIOR EM ALÚMINIO, SISTEMAS DE ABERTURA: PARA-BRISA INFERIOR DIVIDIDO EM DUAS PARTES COM BORRACHA NA COR VERDE ,SUPERIOR INTEIRIÇO COLADO COM PELICULA, 02 RENOVADORES DE AR NO PISO SUPERIOR, SENDO 01 NA DIANTEIRA E 01 NA TRASEIRA AMBOS COM MECANISMOS DE ABERTURA, TAMPA DE INSPEÇÃO NO ASSOALHO PARAFUSADA, SISTEMA DE SEGURANÇA PARA AS PORTAS DO TIPO DOOR BRAKE E OU SEMELHANTE COM A MESMA FUNCIONALIDADE, TIPO DE ACIONAMENTO DAS PORTAS ELETROPNEUMÁTICO, PORTA DE SERVIÇO COM VIDRO INFERIOR, TIPO DA PORTA DIANTEIRA LADO DIREITO COM DOBRADIÇA E SISTEMA DE ABERTURA MANUAL, TIPO DA PORTA DIANTEIRA LADO DIREITO NO ENTRE-EIXO PANTOGRÁFICA, JANELA DA PORTA DE SERVIÇO DIANTEIRA LADO DIREITO COM DOIS VIDROS DE CORRER, POSIÇÃO DA PORTA DE SERVIÇOS NO ENTREEIXO LADO DIREITO ATRÁS DO RODADO DIANTEIRO, TIPO DA PORTA NO ENTRE-EIXO PARA ACESSO A POLTRONA MOVÉL (DPM) PANTOGRÁFICA, POSIÇÃO DA PORTA PARA ACESSO POLTRONA MOVEL (DPM) APÓS A PORTA DO ENTRE-EIXO LADO DIREITO, PORTA PARA MOTORISTA LADO ESQUERDO, JANELA DA PORTA DO MOTORISTA COM DOIS VIDROS DE CORRER, VIDROS DAS JANELAS DO SALÃO PISO SUPERIOR E INFERIOR COLADOS NA COR FUME COM PELICULA INSULFILME PADRÃO G5, 07 JANELAS DIFERENCIADAS DO SALÃO SENDO 04VIDROS COLADOS COM VENTAROLA NO PISO SUPERIOR 02 LADO DIREITO E 02 LADO ESQUERDO, 02 VIDROS COLADOS COM VENTAROLA NO PISO INFERIOR, 01 LADO DIREITO E 01 LADO ESQUERDO, 01 VENTAROLA NO SANITÁRIO, TRAVAMENTO DO(S) BAGAGEIRO(S) LATERAIS SOB RODADO COM BLOQUEIO E CHAVE, TIPO DE PORTINHOLA DO BAGAGEIRO LATERAL DOBRADIÇA, POSIÇÃO DA VALVULA DE TRAVAMENTO DO BLOQUEIO DO(S) BAGAGEIRO(S) 01 PARA TODOS LADO DIREITO, 01 PARA TODOS LADO ESQUERDO, PORTINHOLA TRASEIRA COM TRAVAMENTO TIPO CHAVE, PORTINHOLA LATERAL TRASEIRA DO MOTOR COM TRAVAEMENTO DO TIPO CHAVE, PORTINHOLA DO TANQUE DE COMBUSTIVEL COM TRAVAMENTO DO TIPO CHAVE, PORTINHOLA DO PORTA ESTEPE COM TRAVAMENTO DO TIPO CHAVE, SISTEMA EXTERIORES: LIMPADORES DE PARÁBRISA RADIAL, ESPELHOS RETROVISORES EXTERNOS DO TIPO CARENADO COM DESEMBACADOR, POSIÇÃO DO COMPARTIMENTO PORTA ESTEPE HORIZONTAL PROXIMO A RODA DIANTEIRA, COMPARTIMENTO DA BATERIA EM MATERIAL DO TIPO ALUMÍNIO POSICIONADO NO BALANÇO TRASEIRO, COMPARTIMENTO PARA CAIXA DE FERRAMENTAS, BAGAGEIRO SOB RODADO TRASEIRO TOTAL PASSANTE E RECUADO, SISTEMA REBOCADOR NA DIANTEIRA, CAMBÃO, SISTEMA INTERIORES: PORTA DE ACESSO PISO INFERIOR SENDO 01 DE ACESSO PELO TUNEL PARA A CABINE COM FECHAMENTO INTERNO, 01 DE ACESSO AO TUNEL PARA O SALÃO COM FECHAMENTO INTERNO, PORTA JUNTO A GUARNIÇÃO NO ENTRE-EIXO COM VIDRO E SEM FECHADURA, VIDROS NA GUARNIÇÃO NO ENTRE-EIXO, CORTINAS LISAS NO SALÃO PISO SUPERIOR/INFERIOR, NA COR BEGE , COM VELCRO DO TIPO PARCIAL NA COR AREIA, SISTEMA DE FIXAÇÃO DAS CORTINAS SUPERIOR/INFERIOR COM CORDA, PORTA PACOTES NO PISO SUPERIOR COM ILUMINAÇÃO EM LED, ILUMINAÇÃO NORTUNA TIPO ICE BLUE NO PORTA PACOTES, POLTRONA DO MOTORISTA				



# ALTA FLORESTA D'OESTE

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ITE M	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	VALORES MÁXIMOS	
					VL. UNIT.	VL. TOTAL
		<p>PNEUMÁTICA ERGONÔMICA EM FORMATO CONCHA, PNEUMÁTICA COMREGULAGEM DE ALTURA, APOIO DE CABEÇA E CINTO DE SEGURANÇA 03 PONTOS INTEGRADOS NA POLTRONA, POLTRONA DO MOTORISTA AUXILIAR TIPO LEITO INDIVIDUAL COM CINTO 03 PONTOS RETRÁTIL, POLTRONAS: PISO SUPERIOR COM REVESTIMENTO LATERAL INTERNO EM MATERIAL TIPO SINTÉTICO AUTOMOTIVO ESCURO, COSTURA APARENTE NA COR BEGE, PROTEÇÃO ANTICORROSIVA PARA A ESTRUTURA DAS POLTRONAS, MATERIAL DE APOIO DA CABEÇA CENTRO ENCOSTO DA POLTRONA DO TIPO VISCO ELASTICO / NEOPREME E OU SEMELHANTE COM A MESMA FUNCIONALIDADE NA COR CINZA, LARGURA DE 1060 MM, 05 PICOS DE RECLINAÇÃO, DESCANSA PERNAS,MANTA DAS POLTRONAS DO TIPO SUPER SOFT, TIPO DE CORTE DAS POLTRONAS SEMI-LEITO, MATERIAL DE REVESTIMENTO FRONTAL DAS POLTRONAS EM TECIDO NA COR ESCURA, CINTO DE SEGURANÇA 02 PONTOS RETRATIL COM SENSOR DE UTILIZAÇÃO DO CINTO DE SEGURANÇA, PROFUNDIDADE DO ACENTO EM 470 MM, QUANTIDADE DE LUGARES PISO SUPERIOR 48 LUGARES, DESCANSA BRAÇO MOVEL , PORTA COPOS, PISO INFERIOR COM REVESTIMENTO LATERAL INTERNO EM MATERIAL TIPO SINTÉTICO AUTOMOTIVO ESCURO, COSTURA APARENTE NA COR BEGE, PROTEÇÃO ANTICORROSIVA PARA A ESTRUTURA DAS POLTRONAS, MATERIAL DE APOIO DA CABEÇA CENTRO ENCOSTO DA POLTRONA DO TIPO VISCO ELASTICO / NEOPREME E OU SEMELHANTE COM A MESMA FUNCIONALIDADE NA COR CINZA, 04 PICOS DE RECLINAÇÃO, DESCANSA PERNAS, POLTRONAS COM MANTA TIPO HIPER SOFT, TIPO DE CORTE DA POLTRONA LEITO, MATERIAL DE REVESTIMENTO FRONTAL DAS POLTRONAS EM TECIDO NA COR ESCURA, CINTO DE SEGURANÇA 02 PONTOS RETRATIL COM SENSOR DE UTILIZAÇÃO DO CINTO DE SEGURANÇA, PROFUNDIDADE DO ACENTO EM 460 MM, QUANTIDADE DE LUGARES PISO SUPERIOR 12 LUGARES, BRAÇO DAS POLTRONAS FIXOS, PORTA COPOS, MATERIAL DO REVISTEMENTO BRAÇO DAS POLTRONAS EM COURO AUTOMOTIVO NA COR ESCURA, COSTURA APARENTE NA COR BEGE, VELCRO PARA FIXAÇÃO DAS CABECEIRAS DAS POLTRONAS NO PISO SUPERIOR E INFERIOR, LAYOUT E OU DISPOSIÇÃO DAS POLTRONAS DO PISO SUPERIOR 2X2, LAYOUT E OU DISPOSIÇÃO DAS POLTRONAS DO PISO SUPERIOR 2X1, SANITÁRIO NO ENTREEIXO PISO INFERIOR APÓS O RADADO DIANTEIRO LADO ESQUERDO, SISTEMA DE DESINFECÇÃO TIPO U-VC EMULTRAVIOLETA (ANTIMICROBIANO), VÁLVULA DO SANITÁRIO COM ACIONAMENTO JUNTO AO MOTORISTA, TANQUE DE AGUA LIMPA NA PLATAFORMA TRASEIRA COM CAPACIDADE PARA 90 (L), SISTEMA DE LIGAÇÃO DE AGUA LIMPA INDIVIDUAL, SISTEMA DE DESCARGA DO TIPO MANUAL E AUTOMÁTICO, TIPO DE EVACUAÇÃO DO SANITÁRIO POR GUILHOTINA, REFRIGERAÇÃO, 01 GELADEIRA DE 70 (L) LITROS, COM ABERTURA DA TAMPA TIPO CHANFRADA, FINAL DO CORREDOR PISO SUPERIOR, 01 GELADEIRA DE 53 (L) LITROS, COM ABERTURA DA TAMPA TIPO CHANFRADA, FINAL DOCORREDOR PISO INFERIOR, LIGAÇÃO DE AMBAS GELADEIRAS APÓS A CHAVE GERAL E ACIONAMENTO, 02 EXTINTORES DE INCÊNDIO DE 4 KG ABC, SANEFA MECÂNICA COM HASTE PARA MOTORISTA E MOTORISTA AUXILIAR, 02 DISPENSER DE ÁLCOOL EM GEL SENDO UM NA PORTA DO ENTRE-EIXO, 01 NO SANITÁRIO; SISTEMA DO AR CONDICIONADO, COM RENOVADOR DE AR JUNTO NO PISO SUPERIOR/INFERIOR FORÇADA, FILTRO DE AR CONDICIONADO, COM RENOVAÇÃO DE AR, SISTEMA DE DESINFECÇÃO TIPO U-VC EM ULTRAVIOLETA (ANTI-MICROBIANO), VENTILADORES DO TIPO ESCOVA, COM PROTEÇÃO PARCIAL DO EVAPORADOR NO PISO INFERIOR, COMPRESSOR BOCK FK40 / 650 cm³, PESO DO COMPRESSOR DE 32 KG, COMANDO DO ARCONDICIONADO JUNTO AO MOTORISTA, FILTRO AR CONDICIONADO ANTI-PÓLEN, SISTEMA DE ESTICAMENTO DE CORREIA DO AR-CONDICIONADO DO TIPO MOLAS, 01 ALTERNADOR AUXILIAR, CAPACIDADE DE 190.000 BTU/h (55 kW), VAZÃO EVAPORADOR SUPERIOR DE 6.600 m³/h, VAZÃO EVAPORADOR INFERIOR DE 3.300 m³/h, VAZÃO CONDENSADOR DE 11.600 m³/h, PESO DO APARELHO 153 kg, GÁS REFRIGERANTE R134a - 7,7 kg, DEFROSTER CABINE DO MOTORISTA COM VENTILAÇÃO/REFRIGERAÇÃO, COM SENSOR DE TEMPERATURA DO TIPO TERMOSTATO; SISTEMA ELETRÔNICO, PNEUMÁTICO E HIDRÁULICO: CHAVE GERAL JUNTO A CAIXA DE BATERIA, SENSOR DE TEMPERATURA EXTERNO NO PAINEL, SISTEMA TIPO MULTIPLEX COM TELA COM TAMANHO DE 4,3", SISTEMA DE OPERACIONAL DA CARROCERIA COM COMANDO PELO MOTORISTA, INSTALAÇÃO DE 62 TOMADAS USB, SENDO 48 TOMADAS USB NO PISO SUPERIOR, 12 TOMADAS USB NO PISO INFERIOR, 02 TOMADAS NA CABINE DO MOTORISTA, 01 INVERSOR, 06 DELIMITADORAS EXTERNAS SENDO 03 BRANCAS NA DIANTEIRA E 03 VERMELHAS NA TRASEIRA, SIRENE DE RÉ, BUZINA DE AR CUMPRIMIDO, SENSOR DE ESTACIONAMENTO INSTALADO NO PARA-CHOQUE TRASEIRO, ADESIVOS REFLETIVOS CONFORME NORMA CONTRAN, ILUMINAÇÃO EXTERNA PRINCIPAL FRONTAL EM FULL LED, FAROL DE NEBLINA DIANTEIRO, SINALEIRA LATERAL CENTRAL TIPO POSIÇÃO, TRASEIRA PISCA E POSIÇÃO, ILUMINAÇÃO INTERNA PISO INFERIOR EM LED, ILUMINAÇÃO DECORATIVA NO TETO DO PISO INFERIOR, LUZ DÍCROICA PARA MOTORISTA COM ACIONAMENTO POR TOQUE, SINAL DE INDICATIVO DAS JANELAS DE EMERGÊNCIA NO PORTA PACOTE EM LED, LUZ NO CORREDOR PISO INFERIOR/SUPERIOR, ALTO FALANTES</p>				



# ALTA FLORESTA D'OESTE

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	VALORES MÁXIMOS	
					VL. UNIT.	VL. TOTAL
		EMBUTIDOS NO PORTA PACOTES NO PISO SUPERIOR E DUTOS NO PISO INFERIOR, RADIO NA CABINE AM/FM INCORPORADO NO SISTEMA DE MULTIPLEX, INSTALAÇÃO DE 04 MONITORES LCD NO PISO SUPERIOR SENDO 03 UNIDADES DO MODELO LCD FIXO DE 15,6" FIXADO NO TETO E 01 UNIDADE DO MODELO LCD FIXO DE 21,5" FIXADO NA FRENTE INTERNA, 01 UNIDADE DO MODELO LCD FIXO DE 21,5" FIXADO NA PAREDE DO SANITÁRIO, 01 APARELHO DVD PLAYER COM ENTRADA PARA USB INSTALADO NO ARMARIO PORTA PACOTE PISO SUPERIOR FRENTE LE, INSTALAÇÃO DE 05 CÂMERAS DE GRAVAÇÃO E 04 CÂMERAS DE MONITORAMENTO SENDO 01 (UM) MARCHA RÉ, 01 DVR COM 500 GB, 01 TELA DE 07 POLEGADAS ACIMA DA CAEÇA DO MOTORISTA, 01 INTERFONE COM 03 CANAIS, FILTRO DE AR COM PURGADOR, PAINEL ELETRÔNICO DE INFORMATIVO INTERNO NO PISO SUPERIOR, PORTA DOCUMENTOS EM ACRÍLICO NA CABINE DO MOTORISTA, ITINERÁRIO ELETRÔNICO NA FRENTE SUPERIOR MODELO 13X128X13 NA COR AMBAR, CAMAROTE DO MOTORISTA LADO DIREITO COM CORTINA E ABERTURA PORTINHOLA LADO DIREITO SOB RODADO DIANTEIRO E BAGAGEIRO COM ABERTURA LADO ESQUERDO SOB RODADO DIANTEIRO, ARCONDICIONADO PARA CAMAROTE DO MOTORISTA, ELEVADOR TIPO DPM, NORMA AUXILIAR DE ACESSIBILIDADE NBR 15320 COM DPM, CAPACIDADE DE CARGA POR BAGAGEIRO 10KG, PINTURA SÓLIDA, NÃO INCLUSO IMAGEM DE ALTA DEFINIÇÃO, DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELOS ORGÃOS VIGENTES DE TRANSITO. *INFORMAÇÕES ADICIONAIS: *O VEICULO DEVERÁ POSSUIR TODOS OS ITENS OBRIGATÓRIOS CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE E O CÓDIGO NACIONAL DE TRANSITO; *DEVERÁ SER CONSTRUÍDO DENTRO DO CONCEITO ESTRUTURAL CONTRAN 629/16-ECE R66.02, DEVIDAMENTE COMPROVADA POR MEIO DE DOCUMENTOS EMITIDOS POR UMA CERTIFICADORA; *DEVERÁ SER ENTREGUE NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO, EMPLACADO/LICENCIADO POR CONTA DA CONTRADADA; *GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA; *O ATENDIMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DEVERÁ SER PRESTADA POR EMPRESA DEVIDAMENTE CREDENCIADA PELA FABRICANTE, LOCALIZADA PREFERENCIALMENTE NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA				



# ALTA FLORESTA D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	VALORES MÁXIMOS	
					VL. UNIT.	VL. TOTAL
		D'OESTE - RO, SENDO ACEITO EM MUNICÍPIOS VIZINHOS EM UM RAIOS MÁXIMO DE 500KM IDA/VOLTA DO ENDEREÇO DE DOMICÍLIO DO BEM. *O PRAZO DE ENTREGA DO VEÍCULO É DE ATÉ 120 DIAS A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO/ EMISSÃO DO EMPENHO; *O VEÍCULO DEVERÁ CONTER PLOTAGEM E PINTURA DA ARTE A SER FORNECIDA PELO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO, COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS A SER REPASSADAS À CONTRATADA. *DEVERÁ SER FABRICADO AFIM DE ATENDER A NORMA DE ACESSIBILIDADE NBR 15.320 COM DPM E NORMAS CONTRAN 445/16 ; *DEVERÁ CONTER COMPONENTES EM SUA CONFIGURAÇÃO				
VALOR GLOBAL						R\$2.624.666,66

- 1.3 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do inciso XIII, do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.5 O prazo de vigência inicial da **contratação** é de 12 meses contados do **Termo de Recebimento Definitivo**, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.6 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.7 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 1.8 É de inteira responsabilidade do Contratado fornecer um número de telefone ativo e um endereço de e-mail monitorado em sua proposta, para o recebimento de empenhos e outras comunicações oficiais. A falta de confirmação do recebimento de documentos via e-mail não obsta o início da contagem de prazos para entrega ou aplicação de sanções.
- 1.9 Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art.6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei nº 14.133/2021).

- 2.1. Considerando o Plano de Trabalho, Trata-se de proposta para Aquisição de um Ônibus para Transporte de pessoas para realização de procedimentos eletivos fora do domicílio, com deslocamento programado e em situações previsíveis reguladas e agendadas, sem urgência (com acessibilidade – 1 cadeirante), para atender a Secretaria Municipal de Saúde localizada na rua Rui Piauí com a Av. Brasília, nº 3059 – Bairro Princesa Isabel – Alta Floresta D'Oeste – RO, através do Hospital Municipal Vânia e Vanessa Fuzari - CNES nº2679477. A saúde, dada a sua importância no tocante a vida, como direito social garantido no artigo 196 da Constituição Federal de 1988, traz ao município de Alta Floresta, por meio da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU, a responsabilidade na formulação e execução das políticas públicas de saúde para a população, na qualidade de gestora do Sistema Único de Saúde – SUS. Alta Floresta D'Oeste, com uma população de 21.494 habitantes (IBGE, 2022), O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021, pois o veículo será para atendimento dos pacientes que utilizam dos veículos para tratamentos de saúde fora domicílio.





- 2.2. A aquisição de um veículo Ônibus tipo rodoviário, 0km para o setor de saúde do município é justificada pelo crescente aumento da demanda por transporte de pacientes para municípios vizinhos, tanto para consultas médicas quanto para a realização de exames. O tratamento fora do domicílio (TFD) traz uma série de benefícios e vantagens adicionais que merecem destaque.
- 2.2.1. Melhoria na Acessibilidade:** O Ônibus facilitará o acesso à saúde para pacientes que residem em regiões distantes ou de difícil acesso. Isso é especialmente importante para aqueles que precisam de tratamentos regulares, como quimioterapia, hemodiálise ou consultas especializadas.
- 2.2.2. Redução de Deslocamentos Individuais:** Ao invés de depender de transporte individual, o Ônibus permite que vários pacientes sejam transportados simultaneamente, minimizando custos de deslocamento e reduzindo o impacto ambiental.
- 2.2.3. Acompanhamento e Suporte:** A presença de acompanhantes no Ônibus proporciona um suporte adicional aos pacientes durante o deslocamento. Isso pode ajudar a aliviar a ansiedade e garantir que os pacientes recebam a assistência necessária antes e depois dos tratamentos.
- 2.2.4. Otimização de Recursos:** A utilização de um veículo específico para TFD permite uma gestão mais eficiente dos recursos do município, como combustível e manutenção. O planejamento de rotas e horários pode ser ajustado para maximizar o uso do ônibus, garantindo que ele esteja sempre disponível quando necessário.
- 2.2.5. Promoção da Saúde Pública:** Ao garantir que os pacientes tenham acesso contínuo aos tratamentos, o município contribui para a promoção da saúde pública, reduzindo o risco de complicações e internações hospitalares que podem surgir devido à falta de tratamento.
- 2.2.6. Fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde:** A implementação desse serviço pode fortalecer a rede de atenção à saúde no município, promovendo parcerias com hospitais e clínicas. Isso pode resultar em melhores condições de atendimento e maior integração entre os serviços de saúde.
- 2.2.7. Sensibilização da Comunidade:** A iniciativa de disponibilizar um Ônibus para TFD pode aumentar a conscientização da população sobre a importância do tratamento contínuo e da prevenção, contribuindo para um melhor entendimento sobre os cuidados com a saúde.
- 2.3. Portanto, a compra do Ônibus não é apenas um investimento em transporte, mas sim um passo significativo em direção a uma saúde mais acessível, integrada e humanizada, refletindo o compromisso do município com o bem-estar de seus cidadãos.
- 2.4. Também é possível destacar várias desvantagens significativas.
- 2.4.1. Custo Total:** A contratação de serviços terceirizados para transporte pode parecer uma solução temporária, mas a soma desses gastos ao longo do tempo pode ultrapassar o custo de aquisição e manutenção de um Ônibus próprio. Isso inclui tarifas de transporte, que podem variar em função da demanda e distância, criando uma instabilidade orçamentária.
- 2.4.2. Falta de Controle e Planejamento:** Sem um Ônibus próprio, há menos controle sobre horários, rotas e disponibilidade. Isso pode levar a atrasos, perda de consultas e tratamentos, afetando a saúde dos pacientes e, em última análise, aumentando custos com internações ou complicações de saúde.
- 2.4.3. Desconforto e Acesso:** A utilização de transportes alternativos pode não atender adequadamente as necessidades dos pacientes, especialmente aqueles com mobilidade reduzida ou condições de saúde delicadas. Um ônibus apropriado poderia oferecer mais conforto e segurança, garantindo um transporte digno e eficaz.



**2.4.4. Aumento da Demanda por Serviços:** À medida que a população cresce e mais pessoas necessitam de tratamentos, a ausência de um Ônibus pode resultar em dificuldades ainda maiores para atender essa demanda. Um veículo próprio poderia ser escalado de acordo com as necessidades, melhorando a eficiência do serviço.

**2.4.5. Falta de Personalização:** Um Ônibus próprio pode ser adaptado para atender às necessidades específicas dos pacientes, como espaço para cadeiras de rodas, equipamentos médicos e áreas de descanso. Veículos alternativos frequentemente não oferecem essa flexibilidade, limitando o conforto e a segurança durante o transporte.

**2.4.6. Planejamento a Longo Prazo:** A aquisição de um ônibus permite um planejamento estratégico mais eficaz em relação à demanda futura. Com a expansão dos serviços de saúde e aumento da população, um Ônibus próprio pode ser um investimento a longo prazo, garantindo a continuidade do atendimento.

**2.5.** Esses aspectos reforçam a ideia de que a aquisição de um Ônibus para o TFD é um investimento não apenas financeiro, mas também social, que pode trazer benefícios significativos para a saúde pública e o bem-estar da população.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).**

**3.1.** Conforme o elencado no ETP, a solução possível é uma **aquisição de ÔNIBUS PARA TRANSPORTE DE PACIENTES do município de Alta Floresta D'Oeste/RO**, que deverá ser realizado por meio de LICITAÇÃO na modalidade **PREGÃO** em sua forma **ELETRÔNICA** com adoção do critério de julgamento por **MENOR PREÇO**, adjudicação **POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, nos termos dos artigos: 6º, incisos XLI; 17, § 2; art. 33, inciso I; e art. 34, todos da Lei Federal n.º 14.133/2021.

*“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*(...)*

***XLI** - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;*

*“Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:*

*(...)*

***§ 2º** As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.”*

*“Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:*

***I** - menor preço;”*

*“Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.”*

**3.2** Salienta que a garantia do veículo será de 12 meses, contada a partir da entrega, período durante o qual a empresa deverá oferecer assistência técnica autorizada, devendo possuir toda gama de



peças de manutenção e mão de obra qualificada no Estado do Rondônia.

3.3 Será de obrigação da contratada, arcar com os consertos ou substituições em decorrência de defeitos de fabricação, não trazendo prejuízos para esta edilidade por defeitos ocasionados que não advêm de responsabilidade da referida. No mais, observa-se o estabelecido na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (código de defesa do consumidor).

3.4 O item a serem adquirido se enquadra na classificação de **bens comuns**, conforme previsão do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2024:

*“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*(...)*

*XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;”*

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto.

##### 4.2. CRITÉRIO DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.2.1. O fornecimento do objeto contratado deverá ser efetuado dentro dos requisitos de QUALIDADE e SEGURANÇA, consoante as condições constantes no termo de referência.

4.2.2. Os critérios de avaliação legal compreendem aspectos de documentação pertinente regulamentados pelo DETRAN e Associação Brasileira de Normas Técnicas.

#### 5. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO, FAVORECIDO E SIMPLIFICADO PARA AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MICROEMPRESA E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (Lei Complementar n. 123/2006 – ME/EPP

I - A presente Regulamentação encontra amparo legal na Lei 123/2006, assim como na Lei 147/2014 Federal, no que diz respeito ao tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para as ME, EPP e MEI.

II- A forma de aplicação do tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para as ME, EPP e MEI, considerando que o item tem valor superior a R\$ 80.000,00 ao qual a Lei n. 123/2006 prevê a destinação de cotas exclusivas destinadas as ME, EPP e MEI, no entanto o quantitativo de apenas um item impossibilita a aplicação do percentual mínimo de 25% para esta previsão, o que justifica a aplicabilidade da ampla concorrência;

##### 5.1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1.1. Recomenda-se que seja observado, no que for possível, os seguintes critérios de sustentabilidade:

5.1.2. Materiais – com material reciclado, biodegradável, atóxico, com madeira proveniente de reflorestamento devidamente certificada.

5.1.3. Modo de produção - sem utilização de trabalho escravo ou infantil, com máquinas que tem o menor uso de água e energia.

5.1.4. Não descartar produtos químicos em local inadequado.

5.1.5. Embalagens compactas e recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, preferência por indústria ou produtor local para assegurar menores distâncias e uso de modal de transporte mais eficiente.

5.1.6. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

5.2. Para a perfeita execução do objeto deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – Lei n.º 8.078/1990.



**6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei 14.133/2021).**

- 6.1. A aquisição realizar-se-á por meio de procedimento licitatório, adjudicando e homologando o objeto em favor da empresa vencedora do certame, assegurando-se o prévio empenho da despesa para a entrega do objeto
- 6.2. **O prazo de entrega do veículo é de 120 (cento e vinte) dias** e a vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data indicada no instrumento contratual, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021.
- 6.3. **PRIMEIRO EMPLACAMENTO:** O veículo deverá ser entregue com primeiro emplacamento em nome do Fundo Municipal de Saúde de Alta Floresta D'Oeste - Rondônia, devidamente registrado no DETRAN. Qualquer despesa com o emplacamento do veículo será responsabilidade da vencedora do certame.
- 6.4. Na entrega técnica, o Fornecedor apresentará ao Proprietário todas as informações sobre os recursos que seu veículo oferece e suas funcionalidades, instruções fundamentais sobre condução econômica, instruções sobre a importância da manutenção preventiva, frequências recomendadas para a troca de óleo e filtros e sobre a garantia do veículo.
- 6.5. O veículo deverá ser entregue com vedação completa, e demais equipamentos normais de produção pertinentes ao modelo e equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro.
- 6.6. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 6.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 6.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.9. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 6.10. O Fundo Municipal de Saúde de Alta Floresta D'Oeste – Rondônia, não aceitará ou receberá qualquer objeto com atraso, defeito ou imperfeição, em desacordo com as especificações e condições constantes neste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto.
- 6.11. Na hipótese de substituição ou complementação do objeto, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.
- 6.12. Não sendo sanadas as irregularidades nos prazos acima indicados, o setor responsável pelo recebimento do objeto reduzir  a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente, que deverá proceder à instauração do devido processo administrativo para aplicação de penalidades.
- 6.13. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Almoxarifado Central, Avenida Minas Gerais, 4626, Bairro Cidade Alta, Alta Floresta D'Oeste/RO, CEP 76.954-000, das 07h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira.**
- 6.14. A garantia do veículo será de 12 meses, contada a partir da entrega, período durante o qual a empresa deverá oferecer assistência técnica autorizada, devendo possuir toda gama de peças de manutenção com mão de obra qualificada no Estado de Rondônia.



## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alíneas “f” e “g”, da Lei nº14.133/21).

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

### Obrigações da Contratada – DA GARANTIA

7.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia. A contratada deverá apresentar documentação original, na entrega do ônibus, informando, no mínimo, das garantias abaixo descritas relativas à garantia geral incluindo a manutenção prevista em manual, garantia específicas e os prazos contados a partir da data de recebimento definitivo do objeto, pelo qual obriga-se independentemente de ser ou não o fabricante do produto a efetuar a qualquer tempo substituições ou reparações nos veículos, objetos desta licitação, e equipamentos em virtude de quaisquer defeitos de fabricação (manufatura, construção, montagem) ou de concepção (projeto, design), e chassi a ser utilizado na montagem do veículo, pelos prazos abaixo estipulados, contados a partir do recebimento definitivo do objeto pela Administração, na seguinte conformidade:

**7.3 Garantia Geral:** Para o veículo sem prejuízo a garantia oferecida pelo fabricante, como conjunto completo, deve ser de no mínimo 12 (doze) meses ou 30.000 (trinta mil) km, incluindo todas as revisões obrigatórias exigidas para o ônibus e previstas no manual do mesmo.

7.4 A garantia deve contemplar o fornecimento de material (previsto no Manual do Fabricante) que precisem ser trocados no período descrito e mão de obra. Deve ser considerado a média máxima de quilômetros rodados para o ônibus de 1.250 KM por mês, ou seja, deve ser feito estimativa de custo com base em 30.000 KM para os 12 meses de garantia.

7.5 Durante o período de garantia do objeto, este deverá estar abrigado contra vícios, ou seja, mantendo o perfeito e integral funcionamento, sendo substituído, integralmente, se for o caso.

7.6 A CONTRATADA deverá garantir a disponibilidade no mercado de peças, materiais, equipamentos que compõem o ônibus e suas adaptações e eventuais atualizações de softwares, pelo período ininterrupto de 08 (oito) anos, já incluso o período normal da garantia, contados a partir do recebimento definitivo do ônibus.

7.7 A garantia ofertada pela CONTRATADA para todos os equipamentos e itens do ônibus deverão, obrigatoriamente, ser prestada pelo fabricante, pela CONTRATADA ou por rede de assistência técnica credenciada;

7.8 Durante o período geral de garantia, deverá ser realizada a assistência técnica devida ao ônibus e respectivas adaptações deverão ser prestada em rede própria ou credenciada, composta por oficinas especializadas, credenciadas pela CONTRATADA para tal finalidade.

**7.9 A CONTRATADA deverá manter rede de assistência técnica, no estado de Rondônia**, cidade de Alta Floresta D'Oeste - RO, sendo aceito em município vizinhos em um raio máximo de 500 km ida/volta do endereço de domicílio do bem, com capacidade para realizar durante o período de garantia, a manutenção do ônibus e adaptações. Caso contrário, deverá enviar equipe volante até a sede da Secretaria Municipal de Saúde / Frotas, detentora do ônibus, onde o serviço será executado, ou conduzir o ônibus até a localidade onde o serviço será prestado, sendo que a responsabilidade e as despesas de embalagem, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, além do transporte, que nesse caso deverá ser realizado em veículo apropriado (veículo cegonha, plataforma, carreta ou guincho plataforma), correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.





**7.10** Durante o período de garantia, as substituições de peças, reparos e outras correções no ônibus e respectivas adaptações, bem como as revisões obrigatórias previstas em manuais e necessárias para a manutenção da garantia, determinadas pelo fabricante em razão da quilometragem ou tempo de uso, terão suas despesas (peças/lubrificantes e mão de obra necessária à execução do serviço) suportadas exclusivamente pela CONTRATADA.

Durante o período de garantia, a CONTRATADA estará obrigada a sanar os problemas surgidos no ônibus e respectivas adaptações, e restituir o ônibus à unidade detentora, em condições de utilização, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a detecção do problema pelo profissional especialista. Será exigida a presença de um profissional especialista e conhecedor do ônibus e implemento em no máximo 72 horas para levantamento do possível problema, contados a partir da comunicação do defeito à empresa indicada para a prestação do serviço.

**7.11** Caso não seja possível a solução dos problemas verificados nas adaptações, a CONTRATADA deverá substituir o item defeituoso por outro em perfeitas condições, e restituir o ônibus a respectiva SEMSAU detentora do ônibus, dentro do prazo estipulado de 30 (trinta) dias, a fim de que não haja prejuízo no desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde.

**7.12** O não cumprimento do prazo estipulado no subitem anterior, implicará em acréscimo ao prazo de garantia dos ônibus, pelo mesmo período que exceder ao prazo de 12 (doze) meses estipulados, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

**7.13** A toda e qualquer constatação pela CONTRATADA, da necessidade de correção técnica de componentes inadequados instalados de fábrica, que necessite de ajuste ou substituição, denominada "recall", deverá a CONTRATADA emitir notificação contendo indicação das medidas necessárias para a regularização imediata do problema ao Departamento de FROTAS da Secretaria Municipal de Saúde, situado à Avenida Minas Gerais, n. 4626 – Bairro Cidade Alta.

**7.14** A CONTRATADA estará obrigada a cientificar a sua rede prestadora de assistência técnica, de maneira inequívoca, sobre todas as adaptações processadas no ônibus objeto da presente aquisição, bem como das condições gerais de garantia conferidas aos mesmos, no prazo máximo de 12 (doze) meses a contar da publicação do extrato do Contrato em diário oficial do Estado.

**7.15** A empresa vencedora deverá fornecer sem quaisquer ônus para a Administração, manual de operação do equipamento em português, contendo todas as instruções necessárias e suficientes para orientar os usuários dos equipamentos na operacionalidade e manutenção corretas do objeto.

**7.16** O produto/equipamento ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as demais legislações pertinentes.

**7.17** A empresa deverá fornecer certificados de garantia, em português, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa, ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.

**7.18** O prazo de garantia de funcionamento e de suporte técnico para o objeto será contado a partir de recebimento definitivo.

**7.19** Entregar os bens, objeto deste termo de referência, novos, sem uso e que estejam em linha de produção, vedado o uso de material improvisado, peças adaptadas ou reconcondicionadas. Também deverão ser entregues seus manuais de operação impressos e/ou em mídias eletrônicas.

**7.20** Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis antes da data da entrega do objeto, qualquer irregularidade que a comprometa e/ou inviabilize.

**7.21** Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido na proposta.

**7.22** Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação na entrega do objeto, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE.





**7.23** Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

**7.24** Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente do trabalho, dano ou prejuízo causado ao patrimônio do CONTRATANTE ou de terceiros, decorrente deste processo aquisitivo.

**7.25** Manter, durante toda a contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**7.26** É vedada a reprodução, divulgação ou utilização de quaisquer informações de que os profissionais alocados tenham tomado ciência em razão do objeto contratado, sem o consentimento, por escrito, do CONTRATANTE.

**7.27** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim – E-mail: [comprassemrau@hotmail.com](mailto:comprassemrau@hotmail.com) e [saude.afo@gmail.com](mailto:saude.afo@gmail.com)

**7.28** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

#### Obrigações do Contratante

**7.29** Indicar servidor ou comissão de servidores para recebimento do objeto.

**7.30** Promover o acompanhamento e a fiscalização desta aquisição, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

**7.31** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

**7.32** Permitir o acesso dos representantes da CONTRATADA ao local de entrega, desde que devidamente identificados.

**7.33** Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecidas no Edital.

#### Subcontratação

**7.34** Não será admitida a subcontratação, exceto para os serviços derivados de assistência ou suporte técnico, mantendo-se a CONTRATADA responsável pela intermediação entre o CONTRATANTE e eventuais subcontratados.

#### Fiscalização

**7.35** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### Fiscalização Técnica

**7.36** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**7.37** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.



- 7.38** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 7.39** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7.40** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 7.41** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

## Fiscalização Administrativa

- 7.42** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 7.43** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 7.44** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

## Gestor do Contrato

- 7.45** Cabe ao gestor do contrato:
- 7.45.1** coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
  - 7.45.2** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
  - 7.45.3** acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
  - 7.45.4** emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



- 7.45.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 7.45.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 7.45.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 8 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 8.2.4 Multa:
  - 8.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,1% (um décimo por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze) dias**.
  - 8.2.4.2 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **1% (um por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.



- 8.2.4.3 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.
- 8.2.4.4 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **7% (sete por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.
- 8.2.4.5 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,1% (um décimo por cento) a 1% (um por cento)** do valor da contratação.
- 8.2.4.6 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1% (um por cento) a 9% (nove por cento)** do valor da contratação.
- 8.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.
- 8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **20 (vinte) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
  - 8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
  - 8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.9 Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;
  - 8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e
  - 8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



- 8.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento do objeto

- 9.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 9.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de cinco (05) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 9.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 9.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 9.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 9.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 9.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



## Liquidação

- 9.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 9.9 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 9.10.1 o prazo de validade;
  - 9.10.2 a data da emissão;
  - 9.10.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 9.10.4 o período respectivo de execução do contrato;
  - 9.10.5 o valor a pagar; e
  - 9.10.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 9.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 9.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 9.13.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
  - 9.13.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 9.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 9.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.





- 9.16 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 9.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## Prazo de pagamento

- 9.18 O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 9.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA/IBGE** de correção monetária.

## Forma de pagamento

- 9.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 9.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.23 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.24 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 10 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021) – HABILITAÇÃO TÉCNICA

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICO**, com adoção do critério de julgamento **MENOR PREÇO**, com adjudicação **POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### 8.2.1 Habilitação jurídica:

- Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada**



como empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- d. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- f. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## 8.2.2 Habilitação fiscal e trabalhista:

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - **CNPJ**.
- b. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);
- d. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual** relativo a sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual e Municipal** da sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## 8.2.3 Qualificação Econômico-Financeira:

- a. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

## Qualificação Técnica

- 10.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
  - 10.1.1 Atestado (s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado que comprove(m) que a LICITANTE executou ou está executando, a contento, o fornecimento de ÔNIBUS, devendo o(s) documento(s) conter(em) o nome, o endereço e o telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma de que o FMS possa valer-se para manter contato com os declarantes.
  - 10.1.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.



- 10.1.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 10.1.4 Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do edital do processo.
- 10.1.5 Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com o art. 64, da Lei 14.133/21.
- 10.1.6 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 10.1.7 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 10.1.8 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 10.1.9 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 10.1.10 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 10.1.11 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 10.1.12 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## 11 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 11.1 O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$2.624.666,66 (Dois Milhões, Seiscentos e Vinte e Quatro Mil, Seiscentos e Sessenta e Seis Reais e Sessenta e Seis Centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1, provenientes da Pesquisa de Preços anexa.

## 12 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.



12.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**Órgão/Unidade orçamentária:** 03.001 - Fundo Municipal de Saúde

**Reduzido:** 101

**Projeto/Atividade:** 10.301.0025.1.226 – Aquisição de Ônibus Executivo Rodoviário

**Elemento de despesa:** 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

## 13 DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

*Mariângela da Silva Assis Fernandes*

Servidor Responsável pela Elaboração do TR

Matrícula 007

Alta Floresta D'Oeste – RO, 12 de Dezembro de 2025.

*Weslley Ribeiro Bastos*

Secretário Municipal de Saúde

Portaria nº 264/ 2025 / GAB

Aprovo o presente Termo de Referência.

*Giovan Damo*

Prefeito Municipal

Alta Floresta D'Oeste – RO

Gestão 2025 – 2028



## Estudo Técnico Preliminar (ETP)

(Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XX c/c art. 18, §§ 1º e 2º)

**Objeto de Interesse:** AQUISIÇÃO ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO - TRANSPORTE SANITÁRIO

**Órgão requisitante:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ 11.402.806/0001-22

**ETP n. 036/2025 – PROCESSO SEI N. 1284/2025**

### Introdução

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento objetivando a execução de Convênio com o Governo do Estado de Rondônia, repasse Fundo à Fundo, nos termos da Portaria nº 7940 de 10 de dezembro de 2024, recurso de Emenda Parlamentar, Processo SEI 0036.052286/2025-31. Apresentamos neste instrumento os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade de **AQUISIÇÃO ÔNIBUS RODOVIÁRIO 0KM – MODELO EXECUTIVO – 60 LUGARES, DESTINADO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO TFD DE PACIENTES DOS SERVIÇOS ELETIVOS DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO**. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### 1. Descrição da necessidade:

**1.1** A aquisição de um veículo (Ônibus, tipo rodoviário, 0km) para o setor de saúde do município é justificada pelo crescente aumento da demanda por transporte de pacientes para municípios vizinhos, tanto para consultas médicas quanto para a realização de exames. O tratamento fora do domicílio (TFD) traz uma série de benefícios e vantagens adicionais que merecem destaque.

**1.1.1 Melhoria na Acessibilidade:** O Ônibus facilitará o acesso à saúde para pacientes que residem em regiões distantes ou de difícil acesso. Isso é especialmente importante para aqueles que precisam de tratamentos regulares, como quimioterapia, hemodiálise ou consultas especializadas.

**1.1.2 Redução de Deslocamentos Individuais:** Ao invés de depender de transporte individual, o Ônibus, com capacidade para 60 passageiros, permite que os pacientes sejam transportados simultaneamente, minimizando custos de deslocamento e reduzindo o impacto ambiental.

**1.1.3 Acompanhamento e Suporte:** A presença de acompanhantes no Ônibus proporciona um suporte adicional aos pacientes durante o deslocamento. Isso pode ajudar a aliviar a ansiedade e garantir que os pacientes recebam a assistência necessária antes e depois dos tratamentos.

**1.1.4 Otimização de Recursos:** A utilização de um veículo específico para TFD permite uma gestão mais eficiente dos recursos do município, como combustível e manutenção. O planejamento de rotas e horários pode ser ajustado para maximizar o uso do ônibus, garantindo que ele esteja sempre disponível quando necessário.

**1.1.5 Promoção da Saúde Pública:** Ao garantir que os pacientes tenham acesso contínuo aos tratamentos, o município contribui para a promoção da saúde pública, reduzindo o risco de complicações e internações hospitalares que podem surgir devido à falta de tratamento.

**1.1.6 Fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde:** A implementação desse serviço pode fortalecer a rede de atenção à saúde no município, promovendo parcerias com hospitais e clínicas. Isso pode resultar em melhores condições de atendimento e maior integração entre os serviços de saúde.



- 1.1.7 Sensibilização da Comunidade:** A iniciativa de disponibilizar um micro-ônibus para TFD pode aumentar a conscientização da população sobre a importância do tratamento contínuo e da prevenção, contribuindo para um melhor entendimento sobre os cuidados com a saúde.
- 1.2** Portanto, a compra do micro-ônibus não é apenas um investimento em transporte, mas sim um passo significativo em direção a uma saúde mais acessível, integrada e humanizada, refletindo o compromisso do município com o bem-estar de seus cidadãos.
- 1.3** Também é possível destacar várias desvantagens significativas.
- 1.3.1 Custo Total:** A contratação de serviços terceirizados para transporte pode parecer uma solução temporária, mas a soma desses gastos ao longo do tempo pode ultrapassar o custo de aquisição e manutenção de um micro-ônibus próprio. Isso inclui tarifas de transporte, que podem variar em função da demanda e distância, criando uma instabilidade orçamentária.
- 1.3.2 Falta de Controle e Planejamento:** Sem um micro-ônibus próprio, há menos controle sobre horários, rotas e disponibilidade. Isso pode levar a atrasos, perda de consultas e tratamentos, afetando a saúde dos pacientes e, em última análise, aumentando custos com internações ou complicações de saúde.
- 1.3.3 Desconforto e Acesso:** A utilização de transportes alternativos pode não atender adequadamente as necessidades dos pacientes, especialmente aqueles com mobilidade reduzida ou condições de saúde delicadas. Um ônibus apropriado poderia oferecer mais conforto e segurança, garantindo um transporte digno e eficaz.
- 1.3.4 Aumento da Demanda por Serviços:** À medida que a população cresce e mais pessoas necessitam de tratamentos, a ausência de um micro-ônibus pode resultar em dificuldades ainda maiores para atender essa demanda. Um veículo próprio poderia ser escalado de acordo com as necessidades, melhorando a eficiência do serviço.
- 1.3.5 Falta de Personalização:** Um Ônibus próprio pode ser adaptado para atender às necessidades específicas dos pacientes, como espaço para cadeiras de rodas, equipamentos médicos e áreas de descanso. Veículos alternativos frequentemente não oferecem essa flexibilidade, limitando o conforto e a segurança durante o transporte.
- 1.3.6 Planejamento a Longo Prazo:** A aquisição de um ônibus permite um planejamento estratégico mais eficaz em relação à demanda futura. Com a expansão dos serviços de saúde e aumento da população, um micro-ônibus próprio pode ser um investimento a longo prazo, garantindo a continuidade do atendimento.
- 1.4** Esses aspectos reforçam a ideia de que a aquisição de um ônibus para o TFD é um investimento não apenas financeiro, mas também social, que pode trazer benefícios significativos para a saúde pública e o bem-estar da população.

## 2. Previsão no Plano de Contratações Anual

2.1 O objeto estudado não está previsto no Plano de Contratação Anual em razão do instrumento encontrar-se em processo de estudos para a devida implantação. Contudo, isso não inviabiliza que a contratação em tela seja realizada pela Administração, com base no que preconiza a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

## 3. Requisitos da contratação

**3.1** Não é admitida a subcontratação do objeto.

**3.2** Haverá exigência de garantia de contrato.

## 3.3 Critérios da aceitação da proposta

**3.3.1** fornecimento do objeto contratado deverá ser efetuado dentro dos requisitos de QUALIDADE e SEGURANÇA, consoante as condições constantes no termo de





referência.

**3.3.2** Os critérios de avaliação legal compreendem aspectos de documentação pertinente regulamentados pelo DETRAN e Associação Brasileira de Normas Técnicas.

## 3.4 Critérios de Sustentabilidade

**3.4.1** Recomenda-se que seja observado, os seguintes critérios de sustentabilidade:

**3.4.2** Materiais – com material reciclado, biodegradável, atóxico, com madeira proveniente de reflorestamento devidamente certificada;

**3.4.3** Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.4.4** Não descartar produtos químicos em local inapropriado.

**3.4.5** Embalagens compactas e recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, preferência por indústria ou produtor local para assegurar menores distâncias e uso de modal de transporte mais eficiente.

**3.4.6** Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

**3.4.7**

**3.5** Para a perfeita execução do objeto deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – Lei n.º 8.078/1990.

## 4. Estimativa das Quantidades

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	VALORES MÁXIMOS	
					VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	35166	ÔNIBUS RODOVIÁRIO, NOVO, 0 KM, NA COR PRETA, ANO FAB/MOD 2025 OU SUPERIOR, CONTENDO AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CHASSI: DIMENSÕES: BALANÇO DIANTEIRO 2.200MM, ENTRE-EIXO 2.600MM, BALANÇO TRASEIRO 2.670MM, PESO BRUTO TOTAL (PBT) HOMOLOGADO 27.000 TON, COM PLATAFORMA DO MOTORISTA TIPO LOW DRIVE MOTOR: TRASEIRO, 06 CILINDROS, ADEQUADO A NORMA PROCONVE P8 / EURO 6, COM POTÊNCIA ISO 1585 (HP) DE 449 CV A 460 CV COM (330 KW a 345 KW COM 1400 a 1800 RPM) E OU 450 HP COM (331 KW a 1.800 RPM), TORQUE ISO 1585 (Nm) 2.200 (Nm) a 2.350 (Nm) de 1.000 a 1.400 (rpm), MOTOR COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 12,8 a 13 LITROS (L), SISTEMA DE INJEÇÃO INDIVIDUAL DIRETA E OU COMMON RAIL E OU SEMELHANTE DE MESMA FUNCIONALIDADE, SISTEMA DE TRATAMENTO DE GASES REDUÇÃO CATALÍTICA SELETIVA DE MP e NOx (DOC + DPF + SCR) E OU SEMELHANTE COM A MESMA FUNCIONALIDADE, POLIA ADICIONAL PARA AR CONDICIONADO, PREPARAÇÃO PARA CAPITAÇÃO DE AR NO TETO TRANSMISSÃO: AUTOMÁTICA E OU AUTOMATIZADA COM ACIONAMENTO POR MEIO DE ALAVANCA, COM 12 MARCHAS + MARCHA RÉ; SUSPENSÃO: DIANTEIRA, EIXO MOTRIZ E EIXO TRASEIRO AUXILIAR COM BOLSÕES DE AR PNEUMÁTICA, AMORTECEDORES PARA CARROCERIA DOUBLE DECKER, CONTROLE ELETRÔNICO DA SUSPENSÃO ECAS E OU SEMELHANTE COM MESMA FUNCIONALIDADE, BARRA ESTABILIZADORA, SISTEMA DE AJOEILHAMENTO E ELEVACÃO DA SUSPENSÃO, SISTEMA ANTITOMBAMENTO, FREIOS: FREIOS DE SERVIÇO A TAMBOR E OU DISCO, REGULADOR AUTOMÁTICO DE LONAS DE FREIO (EM CASO DE SER A TAMBOR), FREIO MOTOR, FREIO TOP BRAKE, SISTEMA ANTIPATINAÇÃO, RETARDER, SISTEMA DE FRENAGEM ELETRÔNICO (EBS) + ABS, FREIO DE PARADA, ASR SISTEMA ANTIPATINAÇÃO E OU SEMELHANTE COM MESMA FUNCIONALIDADE, CONTROLE DE ESTABILIDADE (ESP), SISTEMA DE FRENAGEM DE EMERGÊNCIA, LEITOR DE FAIXA DE ROLAGEM, MONITORAMENTO DE PRESSÃO E TEMPERATURA DOS PNEUS, SISTEMA DE TELEMETRIA, ASSISTENTE DE PARTIDA DE RMPA E OU SEMELHANTE COM A MESMA FUNCIONALIDADE, VOLUMES: TANQUE DE ARLA 32 DE 49 LITROS (L), RODAS e PNEUS: 9.00X22.5 ALUMINIO, 295/80 R.22.5, SISTEMA ELÉTRICO: ALTERNADOR 1X28V / 150 A, BATERIA LIVRE MANUTENÇÃO 2X12V 220Ah, CHAVE GERAL; EQUIPADO COM COMPUTADOR DE BORDO, PILOTO AUTOMÁTICO, TACÓGRAFO TIPO DIGITAL COM BOBINA DE PAPEL, SISTEMA DE DIREÇÃO: COLUNA DE DIREÇÃO REGULÁVEL, VOLANTE MULTIFUNCIONAL COM TECLAS. CARROCERIA: ENCARROCAMENTO: MODELO DOUBLE DECKER (PANORÂMICO), MODELO DE CARROCERIA RODOVIÁRIA, VERSÃO DO CHASSI 8X2, TIPO DE SERVIÇO PISO INFERIOR LEITO, TIPO DO SERVIÇO PISO SUPERIOR SEMI-LEITO, POSIÇÃO DO CORREDOR PISO INFERIOR DESLOCADO, POSIÇÃO DO PISO SUPERIOR CENTRALIZADO, NÚMERO DE AUXILIARES NO CARRO 02, NÚMERO TOTAL DE PASSAGEIROS 60 (SESENTA), QUANTIDADE DE PASSAGEIROS PISO INFERIOR 12 (DOZE), QUANTIDADE DE PASSAGEIROS PISO SUPERIOR 48 (QUARENTA E OITO), COMPRIMENTO TOTAL CARROCERIA 15.000 MM, LARGURA EXTERNA DE 2.600 MM, ALTURA EXTERNA CONSIDERANDO AR CONDICIONADO DE 4.100 MM, ALTURA INTERNA PISO SUPERIOR DE 1.780 MM, ALTURA INTERNA PISO INFERIOR DE 1.800MM, TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE PARA 650(L), BOCAL DE ABASTECIMENTO LADO ESQUERDO, POSIÇÃO DO TANQUE DE	UND	01	R\$3.000.000,00	R\$3.000.000,00



ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	VALORES MÁXIMOS	
					VL. UNIT.	VL. TOTAL
		COMBUSTÍVEL NO ENTRE-EIXO, PROPULSÃO DIESEL, SAÍDA DO ESCAPAMENTO POR BAIXO DO PARA CHOQUE TRASEIRO, SISTEMA DE CAPITAÇÃO DE AR NA TRASEIRA SUPERIOR LADO ESQUERDO, POSIÇÃO DO MOTORISTA LHD, POSIÇÃO DO SISTEMA DE ARREFECIMENTO DO MOTOR SENDO RADIADOR LADO DIREITO/ESQUERDA, COM GAIOLA UNIFICADA, COMPARTIMENTO PARA TACOGRAFO, CORPO DA CARROCERIA: CARROCERIA COM CONCEITO ESTRUTURAL CONTRAN 629/16-ECE R66.02 VCA, BALANÇO DIANTEIRO DO CHASSI NORMAL (ORIGINAL DO CHASSI), PLATAFORMA DO MOTORISTA SOBRE O RODADO DIANTEIRO REBAIXADO (ORIGINAL CHASSI), PROTEÇÃO ANTI-CORROSIVA PARA AMBIENTE POUCO AGRESSIVO, REVESTIMENTO INTERNO DO TETO SENDO ABAIXO DAS JANELAS DO PISO SUPERIOR/INFERIOR NO PADRÃO DO FABRICANTE DA CARROCERIA DE FACIL LIMPEZA E OU SEMELHANTE COM A MESMA FUNCIONALIDADE, REVESTIMENTO INTERNO CENTRO TETO DO PISO INFERIOR TIPO BP PLUS REVESTIDO DE FACIL LIMPEZA E OU SEMELHANTE COM A MESMA FUNCIONALIDADE, ASSOALHO DE MADEIRA COM 12 MM DE ESPESSURA, PARA AMBOS OS PISOS SUPERIOR/INFERIOR, REVESTIMENTO DOS DEGRAUS DA ESCADA , CABINE DO MOTORISTA, TUNEL EM MATERIAL MADEIRADO DE ALTA RESISTÊNCIA E ANTI-DERRAPANTE DO TIPO TARAFLEX, GUARNIÇÃO JUNTO A ESCADA DO PISO INFERIOR, MATERIAL DA ESCADA EM FIBRA, REVESTIMENTO ASSOALHO ABAIXO DA(S) POLTRONAS PISO SUPERIOR/INFERIOR TIPO TAPATE MADEIRADO, REVESTIMENTO ASSOALHO CORREDOR DO PISO SUPERIOR/INFERIOR TIPO TAPATE MADEIRADO DE ALTA RESISTÊNCIA, ISOLAMENTO NA(S) CABECEIRA(S) TRASEIRA DO PISO INFERIOR, PACOTE TERMO-ACUSTICO E DE RUÍDO INTERNO E EXTERNO, ISOLAMENTO TÉRMICO NO TETO E NA(S) LATERAL(S) EM MATERIAL DO TIPO MANTA ELASTOMÉRICA E OU SEMELHANTE DE MESMA FUNCIONALIDADE, MATERIAL DE CHAPEAMENTO INFERIOR EM ALUMÍNIO, SISTEMAS DE ABERTURA: PARA-BRISA INFERIOR DIVIDIDO EM DUAS PARTES COM BORRACHA NA COR VERDE ,SUPERIOR INTERIÇO COLADO COM PELICULA, 02 RENOVADORES DE AR NO PISO SUPERIOR, SENDO 01 NA DIANTEIRA E 01 NA TRASEIRA AMBOS COM MECANISMOS DE ABERTURA, TAMPA DE INSPEÇÃO NO ASSOALHO PARAFUSADA, SISTEMA DE SEGURANÇA PARA AS PORTAS DO TIPO DOOR BRAKE E OU SEMELHANTE COM A MESMA FUNCIONALIDADE, TIPO DE ACIONAMENTO DAS PORTAS ELETROPNEUMÁTICO, PORTA DE SERVIÇO COM VIDRO INFERIOR, TIPO DA PORTA DIANTEIRA LADO DIREITO COM DOBRADIÇA E SISTEMA DE ABERTURA MANUAL, TIPO DA PORTA DIANTEIRA LADO DIREITO NO ENTRE-EIXO PANTOGRÁFICA, JANELA DA PORTA DE SERVIÇO DIANTEIRA LADO DIREITO COM DOIS VIDROS DE CORRER, POSIÇÃO DA PORTA DE SERVIÇOS NO ENTREEIXO LADO DIREITO ATRÁS DO RODADO DIANTEIRO, TIPO DA PORTA NO ENTRE-EIXO PARA ACESSO A POLTRONA MOVÉL (DPM) PANTOGRÁFICA, POSIÇÃO DA PORTA PARA ACESSO POLTRONA MOVÉL (DPM) APÓS A PORTA DO ENTRE-EIXO LADO DIREITO, PORTA PARA MOTORISTA LADO ESQUERDO, JANELA DA PORTA DO MOTORISTA COM DOIS VIDROS DE CORRER, VIDROS DAS JANELAS DO SALÃO PISO SUPERIOR E INFERIOR COLADOS NA COR FUME COM PELICULA INSULFILME PADRÃO G5, 07 JANELAS DIFERENCIADAS DO SALÃO SENDO 04VIDROS COLADOS COM VENTAROLA NO PISO SUPERIOR 02 LADO DIREITO E 02 LADO ESQUERDO, 02 VIDROS COLADOS COM VENTAROLA NO PISO INFERIOR, 01 LADO DIREITO E 01 LADO ESQUERDO, 01 VENTAROLA NO SANITÁRIO, TRAVAMENTO DO(S) BAGAGEIRO(S) LATERAIS SOB RODADO COM BLOQUEIO E CHAVE, TIPO DE PORTINHOLA DO BAGAGEIRO LATERAL DOBRADIÇA, POSIÇÃO DA VALVULA DE TRAVAMENTO DO BLOQUEIO DO(S) BAGAGEIRO(S) 01 PARA TODOS LADO DIREITO, 01 PARA TODOS LADO ESQUERDO, PORTINHOLA TRASEIRA COM TRAVAMENTO TIPO CHAVE, PORTINHOLA LATERAL TRASEIRA DO MOTOR COM TRAVAEMENTO DO TIPO CHAVE, PORTINHOLA DO TANQUE DE COMBUSTIVEL COM TRAVAMENTO DO TIPO CHAVE, PORTINHOLA DO PORTA ESTEPE COM TRAVAMENTO DO TIPO CHAVE, SISTEMA EXTERIORES: LIMPADORES DE PARÁBRISA RADIAL, ESPELHOS RETROVISORES EXTERNOS DO TIPO CARENADO COM DESEMBACADOR, POSIÇÃO DO COMPARTIMENTO PORTA ESTEPE HORIZONTAL PROXIMO A RODA DIANTEIRA, COMPARTIMENTO DA BATERIA EM MATERIAL DO TIPO ALUMÍNIO POSICIONADO NO BALANÇO TRASEIRO, COMPARTIMENTO PARA CAIXA DE FERRAMENTAS, BAGAGEIRO SOB RODADO TRASEIRO TOTAL PASSANTE E RECUADO, SISTEMA REBOCADOR NA DIANTEIRA, CAMBÃO, SISTEMA INTERIORES: PORTA DE ACESSO PISO INFERIOR SENDO 01 DE ACESSO PELO TUNEL PARA A CABINE COM FECHAMENTO INTERNO, 01 DE ACESSO AO TUNEL PARA O SALÃO COM FECHAMENTO INTERNO, PORTA JUNTO A GUARNIÇÃO NO ENTRE-EIXO COM VIDRO E SEM FECHADURA, VIDROS NA GUARNIÇÃO NO ENTRE-EIXO, CORTINAS LISAS NO SALÃO PISO SUPERIOR/INFERIOR, NA COR BEGE , COM VELCRO DO TIPO PARCIAL NA COR AREIA, SISTEMA DE FIXAÇÃO DAS CORTINAS SUPERIOR/INFERIOR COM CORDA, PORTA PACOTES NO PISO SUPERIOR COM ILUMINAÇÃO EM LED, ILUMINAÇÃO NORTUNA TIPO ICE BLUE NO PORTA PACOTES, POLTRONA DO MOTORISTA PNEUMÁTICA ERGONÔMICA EM FORMATO CONCHA, PNEUMÁTICA COMREGULAGEM DE ALTURA, APOIO DE CABEÇA E CINTO DE SEGURANÇA 03 PONTOS INTEGRADOS NA POLTRONA, POLTRONA DO MOTORISTA AUXILIAR TIPO LEITO INDIVIDUAL COM CINTO 03 PONTOS RETRÁTIL, POLTRONAS: PISO SUPERIOR COM REVESTIMENTO LATERAL INTERNO EM MATERIAL TIPO SINTÉTICO AUTOMOTIVO ESCURO, COSTURA APARENTE NA COR BEGE, PROTEÇÃO ANTICORROSIVA PARA A ESTRUTURA DAS POLTRONAS, MATERIAL DE APOIO DA CABEÇA CENTRO ENCOSTO DA POLTRONA DO TIPO VISCO ELASTICO / NEOPREME E OU SEMELHANTE COM A MESMA FUNCIONALIDADE NA COR CINZA, LARGURA DE 1060 MM, 05 PICOS DE				



ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	VALORES MÁXIMOS	
					VL. UNIT.	VL. TOTAL
		RECLINAÇÃO, DESCANSA PERNAS,MANTA DAS POLTRONAS DO TIPO SUPER SOFT, TIPO DE CORTE DAS POLTRONAS SEMI-LEITO, MATERIAL DE REVESTIMENTO FRONTAL DAS POLTRONAS EM TECIDO NA COR ESCURA, CINTO DE SEGURANÇA 02 PONTOS RETRATIL COM SENSOR DE UTILIZAÇÃO DO CINTO DE SEGURANÇA, PROFUNDIDADE DO ACENTO EM 470 MM, QUANTIDADE DE LUGARES PISO SUPERIOR 48 LUGARES, DESCANSA BRAÇO MOVEL , PORTA COPOS, PISO INFERIOR COM REVESTIMENTO LATERAL INTERNO EM MATERIAL TIPO SINTÉTICO AUTOMOTIVO ESCURO, COSTURA APARENTE NA COR BEGE, PROTEÇÃO ANTICORROSIVA PARA A ESTRUTURA DAS POLTRONAS, MATERIAL DE APOIO DA CABEÇA CENTRO ENCOSTO DA POLTRONA DO TIPO VISCO ELASTICO / NEOPREME E OU SEMELHANTE COM A MESMA FUNCIONALIDADE NA COR CINZA, 04 PICOS DE RECLINAÇÃO, DESCANSA PERNAS, POLTRONAS COM MANTA TIPO HIPER SOFT, TIPO DE CORTE DA POLTRONA LEITO, MATERIAL DE REVESTIMENTO FRONTAL DAS POLTRONAS EM TECIDO NA COR ESCURA, CINTO DE SEGURANÇA 02 PONTOS RETRATIL COM SENSOR DE UTILIZAÇÃO DO CINTO DE SEGURANÇA, PROFUNDIDADE DO ACENTO EM 460 MM, QUANTIDADE DE LUGARES PISO SUPERIOR 12 LUGARES, BRAÇO DAS POLTRONAS FIXOS, PORTA COPOS, MATERIAL DO REVISTEMENTO BRAÇO DAS POLTRONAS EM COURO AUTOMOTIVO NA COR ESCURA, COSTURA APARENTE NA COR BEGE, VELCRO PARA FIXAÇÃO DAS CABECEIRAS DAS POLTRONAS NO PISO SUPERIOR E INFERIOR, LAYOUT E OU DISPOSIÇÃO DAS POLTRONAS DO PISO SUPERIOR 2X2, LAYOUT E OU DISPOSIÇÃO DAS POLTRONAS DO PISO SUPERIOR 2X1, SANITÁRIO NO ENTREEIXO PISO INFERIOR APÓS O RADADO DIANTEIRO LADO ESQUERDO, SISTEMA DE DESINFECÇÃO TIPO U-VC EMULTRAVIOLETA (ANTIMICROBIANO), VÁLVULA DO SANITÁRIO COM ACIONAMENTO JUNTO AO MOTORISTA, TANQUE DE AGUA LIMPA NA PLATAFORMA TRASEIRA COM CAPACIDADE PARA 90 (L), SISTEMA DE LIGAÇÃO DE AGUA LIMPA INDIVIDUAL, SISTEMA DE DESCARGA DO TIPO MANUAL E AUTOMÁTICO, TIPO DE EVACUAÇÃO DO SANITÁRIO POR GUILHOTINA, REFRIGERAÇÃO, 01 GELEADEIRA DE 70 (L) LITROS, COM ABERTURA DA TAMPA TIPO CHANFRADA, FINAL DO CORREDOR PISO SUPERIOR, 01 GELEADEIRA DE 53 (L) LITROS, COM ABERTURA DA TAMPA TIPO CHANFRADA, FINAL DO CORREDOR PISO INFERIOR, LIGAÇÃO DE AMBAS GELEADEIRAS APÓS A CHAVE GERAL E ACIONAMENTO, 02 EXTINTORES DE INCÊNDIO DE 4 KG ABC, SANEFA MECÂNICA COM HASTE PARA MOTORISTA E MOTORISTA AUXILIAR, 02 DISPENSER DE ÁLCOOL EM GEL SENDO UM NA PORTA DO ENTRE-EIXO, 01 NO SANITÁRIO; SISTEMA DO AR CONDICIONADO, COM RENOVADOR DE AR JUNTO NO PISO SUPERIOR/INFERIOR FORÇADA, FILTRO DE AR CONDICIONADO, COM RENOVAÇÃO DE AR, SISTEMA DE DESINFECÇÃO TIPO U-VC EM ULTRAVIOLETA (ANTI-MICROBIANO), VENTILADORES DO TIPO ESCOVA, COM PROTEÇÃO PARCIAL DO EVAPORADOR NO PISO INFERIOR, COMPRESSOR BOCK FK40 / 650 cm³, PESO DO COMPRESSOR DE 32 KG, COMANDO DO ARCONDICIONADO JUNTO AO MOTORISTA, FILTRO AR CONDICIONADO ANTI-PÓLEN, SISTEMA DE ESTICAMENTO DE CORREIA DO AR-CONDICIONADO DO TIPO MOLAS, 01 ALTERNADOR AUXILIAR, CAPACIDADE DE 190.000 BTU/h (55 kW), VAZÃO EVAPORADOR SUPERIOR DE 6.600 m³/h, VAZÃO EVAPORADOR INFERIOR DE 3.300 m³/h, VAZÃO CONDENSADOR DE 11.600 m³/h, PESO DO APARELHO 153 kg, GÁS REFRIGERANTE R134a - 7,7 kg, DEFROSTER CABINE DO MOTORISTA COM VENTILAÇÃO/REFRIGERAÇÃO, COM SENSOR DE TEMPERATURA DO TIPO TERMOSTATO; SISTEMA ELETRÔNICO, PNEUMÁTICO E HIDRÁULICO: CHAVE GERAL JUNTO A CAIXA DE BATERIA, SENSOR DE TEMPERATURA EXTERNO NO PAINEL, SISTEMA TIPO MULTIPLEX COM TELA COM TAMANHO DE 4.3", SISTEMA DE OPERACIONAL DA CARROCERIA COM COMANDO PELO MOTORISTA, INSTALAÇÃO DE 62 TOMADAS USB, SENDO 48 TOMADAS USB NO PISO SUPERIOR, 12 TOMADAS USB NO PISO INFERIOR, 02 TOMADAS NA CABINE DO MOTORISTA, 01 INVERSOR, 06 DELIMITADORAS EXTERNAS SENDO 03 BRANCAS NA DIANTEIRA E 03 VERMELHAS NA TRASEIRA, SIRENE DE RÉ, BUZINA DE AR CUMPRIMIDO, SENSOR DE ESTACIONAMENTO INSTALADO NO PARA-CHOQUE TRASEIRO, ADESIVOS REFLETIVOS CONFORME NORMA CONTRAN, ILUMINAÇÃO EXTERNA PRINCIPAL FRONTAL EM FULL LED, FAROL DE NEBLINA DIANTEIRO, SINALEIRA LATERAL CENTRAL TIPO POSIÇÃO, TRASEIRA PISCA E POSIÇÃO, ILUMINAÇÃO INTERNA PISO INFERIOR EM LED, ILUMINAÇÃO DECORATIVA NO TETO DO PISO INFERIOR, LUZ DICROICA PARA MOTORISTA COM ACIONAMENTO POR TOQUE, SINAL DE INDICATIVO DAS JANELAS DE EMERGÊNCIA NO PORTA PACOTE EM LED, LUZ NO CORREDOR PISO INFERIOR/SUPERIOR, ALTO FALANTES EMBUTIDOS NO PORTA PACOTES NO PISO SUPERIOR E DUTOS NO PISO INFERIOR, RADIO NA CABINE AM/FM INCORPORADO NO SISTEMA DE MULTIPLEX, INSTALAÇÃO DE 04 MONITORES LCD NO PISO SUPERIOR SENDO 03 UNIDADES DO MODELO LCD FIXO DE 15,6" FIXADO NO TETO E 01 UNIDADE DO MODELO LCD FIXO DE 21,5" FIXADO NA FRENTE INTERNA, 01 UNIDADE DO MODELO LCD FIXO DE 21,5" FIXADO NA PAREDE DO SANITÁRIO, 01 APARELHO DVD PLAYER COM ENTRADA PARA USB INSTALADO NO ARMARIO PORTA PACOTE PISO SUPERIOR FRENTE LE, INSTALAÇÃO DE 05 CÂMERAS DE GRAVAÇÃO E 04 CÂMERAS DE MONITORAMENTO SENDO 01 (UM) MARCHA RÉ, 01 DVR COM 500 GB, 01 TELA DE 07 POLEGADAS ACIMA DA CAEÇA DO MOTORISTA, 01 INTERFONE COM 03 CANAIS, FILTRO DE AR COM PURGADOR, PAINEL ELETRÔNICO DE INFORMATIVO INTERNO NO PISO SUPERIOR, PORTA DOCUMENTOS EM ACRÍLICO NA CABINE DO MOTORISTA, ITINERÁRIO ELETRÔNICO NA FRENTE SUPERIOR MODELO 13X128X13 NA COR AMBAR, CAMAROTE DO MOTORISTA LADO DIREITO COM CORTINA E ABERTURA PORTINHOLA LADO DIREITO SOB RODADO DIANTEIRO E BAGAGEIRO COM ABERTURA LADO ESQUERDO SOB RODADO DIANTEIRO, ARCONDICIONADO PARA CAMAROTE DO				



ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	VALORES MÁXIMOS	
					VL. UNIT.	VL. TOTAL
		MOTORISTA, ELEVADOR TIPO DPM, NORMA AUXILIAR DE ACESSIBILIDADE NBR 15320 COM DPM, CAPACIDADE DE CARGA POR BAGAGEIRO 10KG, PINTURA SÓLIDA, NÃO INCLUSO IMAGEM DE ALTA DEFINIÇÃO, DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELOS ÓRGÃOS VIGENTES DE TRANSITO. *INFORMAÇÕES ADICIONAIS: *O VEICULO DEVERÁ POSSUIR TODOS OS ITENS OBRIGATÓRIOS CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE E O CÓDIGO NACIONAL DE TRANSITO; *DEVERÁ SER CONSTRUÍDO DENTRO DO CONCEITO ESTRUTURAL CONTRAN 629/16-ECE R66.02, DEVIDAMENTE COMPROVADA POR MEIO DE DOCUMENTOS EMITIDOS POR UMA CERTIFICADORA; *DEVERÁ SER ENTREGUE NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO, EMPLACADO/LICENCIADO POR CONTA DA CONTRADADA; *GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA ; *O ATENDIMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DEVERÁ SER PRESTADA POR EMPRESA DEVIDAMENTE CREDENCIADA PELA FABRICANTE, LOCALIZADA PREFERENCIALMENTE NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO, SENDO ACEITO EM MUNICÍPIOS VIZINHOS EM UM RAIO MÁXIMO DE 500KM IDA/VOLTA DO ENDEREÇO DE DOMICÍLIO DO BEM. *O PRAZO DE ENTREGA DO VEÍCULO É DE ATÉ 120 DIAS A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO/ EMISSÃO DO EMPENHO; *O VEÍCULO DEVERÁ CONTER PLOTAGEM E PINTURA DA ARTE A SER FORNECIDA PELO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO, COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS A SER REPASSADAS À CONTRATADA. *DEVERÁ SER FABRICADO AFIM DE ATENDER A NORMA DE ACESSIBILIDADE NBR 15.320 COM DPM E NORMAS CONTRAN 445/16 ; *DEVERÁ CONTER COMPONENTES EM SUA CONFIGURAÇÃO ILUMINAÇÃO INTERNA PISO INFERIOR EM LED, ILUMINAÇÃO DECORATIVA NO TETO DO PISO INFERIOR, LUZ DICROICA PARA MOTORISTA COM ACIONAMENTO POR TOQUE, SINAL DE INDICATIVO DAS JANELAS DE EMERGÊNCIA NO PORTA PACOTE EM LED, LUZ NO CORREDOR PISO INFERIOR/SUPERIOR, ALTO FALANTES EMBUTIDOS NO PORTA PACOTES NO PISO SUPERIOR E DUTOS NO PISO INFERIOR, RADIO NA CABINE AM/FM INCORPORADO NO SISTEMA DE MULTIPLEX, INSTALAÇÃO DE 04 MONITORES LCD NO PISO SUPERIOR SENDO 03 UNIDADES DO MODELO LCD FIXO DE 15,6" FIXADO NO TETO E 01 UNIDADE DO MODELO LCD FIXO DE 21,5" FIXADO NA FRENTE INTERNA, 01 UNIDADE DO MODELO LCD FIXO DE 21,5" FIXADO NA PAREDE DO SANITÁRIO, 01 APARELHO DVD PLAYER COM ENTRADA PARA USB INSTALADO NO ARMARIO PORTA PACOTE PISO SUPERIOR, FRENTE LE, INSTALAÇÃO DE 05 CÂMERAS DE GRAVAÇÃO E 04 CÂMERAS DE MONITORAMENTO SENDO 01 (UM) MARCHA RÉ, 01 DVR COM 500 GB, 01 TELA DE 07 POLEGADAS ACIMA DA CAEÇA DO MOTORISTA, 01 INTERFONE COM 03 CANAIS, FILTRO DE AR COM PURGADOR, PAINEL ELETRÔNICO DE INFORMATIVO INTERNO NO PISO SUPERIOR, PORTA DOCUMENTOS EM ACRÍLICO NA CABINE DO MOTORISTA, ITINERÁRIO ELETRÔNICO NA FRENTE SUPERIOR MODELO 13X128X13 NA COR AMBAR, CAMAROTE DO MOTORISTA LADO DIREITO COM CORTINA E ABERTURA PORTINHOLA LADO DIREITO SOB RODADO DIANTEIRO E BAGAGEIRO COM ABERTURA LADO ESQUERDO SOB RODADO DIANTEIRO, ARCONDICIONADO PARA CAMAROTE DO MOTORISTA, ELEVADOR TIPO DPM, NORMA AUXILIAR DE ACESSIBILIDADE NBR 15320 COM DPM, CAPACIDADE DE CARGA POR BAGAGEIRO 10KG, PINTURA SÓLIDA, NÃO INCLUSO IMAGEM DE ALTA DEFINIÇÃO, DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELOS ÓRGÃOS VIGENTES DE TRANSITO. *INFORMAÇÕES ADICIONAIS: *O VEICULO DEVERÁ POSSUIR TODOS OS ITENS OBRIGATÓRIOS CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE E O CÓDIGO NACIONAL DE TRANSITO; *DEVERÁ SER CONSTRUÍDO DENTRO DO CONCEITO ESTRUTURAL CONTRAN 629/16-ECE R66.02, DEVIDAMENTE COMPROVADA POR MEIO DE DOCUMENTOS EMITIDOS POR UMA CERTIFICADORA; *DEVERÁ SER ENTREGUE NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO EMPLACADO/LICENCIADO POR CONTA DA CONTRADADA; *GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA ; *O ATENDIMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DEVERÁ SER PRESTADA POR EMPRESA DEVIDAMENTE CREDENCIADA PELA FABRICANTE, LOCALIZADA PREFERENCIALMENTE NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO, SENDO ACEITO EM MUNICÍPIOS VIZINHOS EM UM RAIO MÁXIMO DE 500KM IDA/VOLTA DO ENDEREÇO DE DOMICÍLIO DO BEM. *O PRAZO DE ENTREGA DO VEÍCULO É DE ATÉ 120 DIAS A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO/ EMISSÃO DO EMPENHO; *O VEÍCULO DEVERÁ CONTER PLOTAGEM E PINTURA DA ARTE A SER FORNECIDA PELO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO, COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS A SER REPASSADAS À CONTRATADA. *DEVERÁ SER FABRICADO AFIM DE ATENDER A NORMA DE ACESSIBILIDADE NBR 15.320 COM DPM E NORMAS CONTRAN 445/16 ; *DEVERÁ CONTER COMPONENTES EM SUA CONFIGURAÇÃO				
VALOR GLOBAL						R\$3.000.00,00

## 5. Levantamento de Mercado

5.1 Foram analisadas aquisições semelhantes feitas por outros órgãos do Poder Público, por meio de consultas a outros editais, visando identificar novas metodologias, tecnologias e inovações contratuais que melhor atendessem as necessidades exposta neste Estudo Técnico Preliminar.

5.2 Das consultas em outros Editais, foram encontradas as seguintes soluções:



**Solução A:** Locação ônibus

**Solução B:** Aquisição ônibus

5.3 Da avaliação da solução possível:

**I)** A “**Solução A**” não é viável, sendo os fundos a serem utilizados provenientes de Emenda Parlamentar, destinada a aquisição, ficando vedada a locação.

**II)** A “**Solução B**” apresenta-se como única solução viável, atendendo a necessidade explanada e integralizando o bem ao patrimônio imobilizado da Secretaria, para que continue a ser utilizado por um longo período de tempo.

## 6. Estimativa do Preço da Contratação

FORNECEDOR	Unid	Quant	Valor Unit. R\$	Marca	Valor Total R\$
FORNECEDOR A	UND	01	R\$2.698.000,00	BUSSCAR PANORAMICO DD CHASIS SCANIA	R\$2.698.000,00
FORNECEDOR B	UND	01	R\$2.980.000,00	CHASSI VOLVO B460R 8X2 COM CARROCERIA COMIL DD	R\$2.980.000,00
ATA LICITANET CACOAL	UND	01	R\$2.196.000,00	CAMPIONE INVICTUS DD / B460R 8X2	R\$2.196.000,00
<b>MÉDIA DOS VALORES</b>					<b>R\$2.624.666,66</b>

**6.1** – O relatório e média de preços são parte integrante deste termo de referência – anexo.

**6.2** – A obtenção do resultado da pesquisa, foi baseado no art. 5º, incisos I e IV da IN-SEGES/ME nº 65/2021, com obtenção conjunta de 02 (duas) propostas de preços válidas, de acordo com cópias inseridas ao processo. Por ser uma Projeto pouco executado para a Administração Pública, houve uma dificuldade na pesquisa de preços de contratações públicas anteriores. Houve uma aquisição recente no Estado, PE 134/2023 – Processo Licitatório n. 20749, de 21/11/2023, Prefeitura Municipal de Cacoal/RO, utilizada como Cotação para esta aquisição. Não localizado aquisições no Banco de Preços.

**6.3** – Considerando que o item tem valor superior a R\$ 80.000,00 ao qual a Lei n. 123/2006 prevê a destinação de cotas exclusivas destinadas as ME, EPP e MEI, no entanto o quantitativo de apenas um item impossibilita a aplicação do percentual mínimo de 25% para esta previsão, o que justifica a aplicabilidade da ampla concorrência;

**OBSERVAÇÃO.** Todos os itens acima descritos deverão ser originais de fábrica. O veículo deverá ser equipado com todos os itens de série e demais itens de segurança exigidos pela legislação de trânsito e ambiental vigentes.

## 7. Descrição da Solução como um todo

**7.1** Conforme o elencado no ETP, item 5.2 e 5.3, a solução possível é uma **AQUISIÇÃO ÔNIBUS RODOVIÁRIO 0KM – MODELO EXECUTIVO – 60 LUGARES, DESTINADO PARA PARA TRANSPORTE SANITÁRIO TFD DE PACIENTES DOS SERVIÇOS ELETIVOS do município de Alta Floresta D'Oeste/RO**, que deverá ser realizado por meio de LICITAÇÃO na modalidade **PREGÃO** em sua forma **ELETRÔNICA** com adoção do critério de julgamento por **MENOR PREÇO**, adjudicação **POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, nos termos dos artigos: 6º, incisos XLI; 17, § 2; art. 33, inciso I; e art. 34, todos da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:**  
(...)”



***XLI** - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;*

***Art. 17.** O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:*

*(...)*

***§ 2º** As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.”*

***Art. 33.** O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:*

***I** - menor preço;”*

***Art. 34.** O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.”*

**7.2** Salienta que a garantia do equipamento será de no mínimo 12 meses, contada a partir da entrega, período durante o qual a empresa deverá oferecer assistência técnica autorizada, devendo possuir toda gama de peças de manutenção e mão de obra qualificada no Estado do Rondônia.

**7.3** Será de obrigação da contratada, arcar com os consertos ou substituições em decorrência de defeitos de fabricação, não trazendo prejuízos para esta edilidade por defeitos ocasionados que não advêm de responsabilidade da referida. No mais, observa-se o estabelecido na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (código de defesa do consumidor).

**7.4** O item a serem adquirido se enquadra na classificação de **bens comuns**, conforme previsão do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2024:

Lei nº 14.133/2024

***Art. 6º** Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*(...)*

***XIII** - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;”*

## **8. Justificativa para parcelamento**

**8.1** Em exame da natureza do objeto que ora se planeja adquirir, ele não possui possibilidade de parcelamento por conter apenas um (01) item que não é divisível.

## **9. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos**

- a. A partir da realização do Pregão Eletrônico visando a **AQUISIÇÃO ÔNIBUS RODOVIÁRIO 0KM – MODELO EXECUTIVO – 60 LUGARES, DESTINADO PARA PARA TRANSPORTE SANITÁRIO TFD DE PACIENTES DOS SERVIÇOS ELETIVOS**, pretende-se suprir a demanda existente e providenciando a continuidade dos projetos desenvolvidos e ofertados pela Secretaria Municipal de Saúde com o enfoque nos deslocamentos intermunicipais, atendendo assim, a necessidade de locomoção dos usuários





- promovendo o auxílio e cuidado com a população.
- b. Almeja-se, igualmente, assegurar o princípio de isonomia entre os licitantes, bem como a justa competição, incentivando a competitividade, evitando-se assim contratações com sobrepreço ou com preços manifestadamente inexequíveis e atuando para coibir o sobrepreço na execução dos contratos.
  - c. Dessa forma, visualizamos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; bem como em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável.

## **10. Providências Prévias ao Contrato**

10.1 O objeto da presente licitação pretendida não haverá a necessidade de providências prévias a serem adotadas no âmbito da Administração do município de Alta Floresta D'Oeste – Rondônia, de acordo com os aspectos apresentados.

## **11. Contratações Correlatadas/Interdependentes**

11.1 Para esta solução há dependência do objeto da contratação pretendida, exigindo providências pré e pós aquisição, como segue:

### **Guarda Segura do Veículo:**

- Locação ou construção de garagem segura e equipada com sistema de vigilância e controle de acesso;
- Implementação de protocolo de segurança para entrada e saída do veículo da garagem.

### **Limpeza de Banheiro Químico:**

- Contratação de empresa especializada em limpeza e manutenção de banheiros químicos, com o fornecimento de materiais de limpeza e equipamentos adequados;
- Cumprimento da legislação vigente, incluindo a Resolução CONAMA nº 358/2005 e a NBR 13.969/1997, que regulamentam o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

### **Capacidade Operacional com Servidores Habilitados:**

- Certificação de motoristas habilitados e treinados para transporte de pacientes;
- Treinamento e capacitação de servidores para atendimento e acompanhamento de pacientes;
- Designação de equipe de apoio para garantir a segurança e bem-estar dos pacientes durante o transporte.

### **Fornecimento Continuado de Combustível:**

- Contratação de empresa fornecedora de combustível – SRP Processo n. 569/2025 – certificar quantitativo.
- Implementação de sistema de controle de consumo de combustível.

### **Contratação de Seguro do Veículo:**

- Contratação de seguro completo para o veículo, incluindo danos materiais e responsabilidade civil;
- Inclusão de cobertura para acidentes e eventos adversos.

### **Outras Providências:**

- Contratação de empresa para manutenção preventiva e corretiva do veículo – Serviços e Peças após encerramento da vigência da Garantia de 12 meses.
- Fornecimento de equipamentos de segurança, como extintores de incêndio e kits de primeiros socorros;



- Implementação de sistema de rastreamento e monitoramento do veículo;
- Capacitação de servidores para limpeza e higienização regular do veículo;
- Cumprimento das normas e regulamentações da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e do Ministério da Saúde.

Essas ações e contratações correlatadas interdependentes garantirão a execução eficiente e segura do transporte sanitário TFD de pacientes, em conformidade com a legislação vigente e as normas aplicáveis.

## 12. Impactos Ambientais

12.1 Em se tratando dos possíveis impactos ambientais, deve-se obedecer, no que for possível, os critérios de sustentabilidade inseridos nos princípios da Lei 14.133/2021. Essa contratação se orienta no que preconiza o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, disponibilizado pela Consultoria-Geral da União em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>, portanto a CONTRATADA na execução do serviço deve se ater a uma política de responsabilidade ambiental.

12.2 Por se tratar do manuseio de veículo que tem o potencial de causar danos ambientais na sua operação, caberá a devida observância às normas ambientais vigentes.

12.2.1 Atentar as práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos.

12.2.2 Atentar ao recolhimento de óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipiente adequado, sem vazamentos, sem o misturar com outros produtos químicos ou água, providenciando a sua reciclagem, conforme Resolução n.º 362 CONAMA ou, se única opção, o seu descarte de forma correta e adequada.

12.2.3 Prever a correta destinação das baterias usadas ou danificadas conforme Resolução n.º 401 CONAMA.

12.2.4 Providenciar o recolhimento adequado e descarte dos pneus, quando fora de uso, destinando-o ao ponto de coleta adequado, ou ao estabelecimento que houver realizado a substituição do usado, por um novo.

12.2.5 Preferir a utilização de veículo com menor emissão de gases poluentes, optando por carros com tecnologias verdes como motores elétricos ou híbridos, pode reduzir significativamente as emissões de gases poluentes e a pegada de carbono do veículo.

12.2.6 Buscar modelos com baixo consumo de combustível contribuirá para a economia de recursos naturais e redução dos custos operacionais a longo prazo.

## 13. Gerenciamento de risco

Tipo de risco	Descrição do Risco	Probabilidade de Ocorrência	Impacto	Plano de Mitigação
Operacional	Atraso na entrega dos veículos pelos fornecedores	Média	Alto	Estabelecer um cronograma claro de entrega com penalidades por atraso. Realizar acompanhamento constante com os fornecedores e, em caso de atraso, aplicar as penalidades previstas em contrato.
Financeiro	Oscilação nos preços dos veículos no mercado.	Baixa	Médio	Fixar preços por meio de contrato para garantir estabilidade financeira. Monitorar o mercado regularmente para ajustar o contrato, se necessário. Para a pretensa Adesão considerar a vantagem da previsibilidade dos custos e a garantia de preços registrados que contribuirá para um melhor planejamento orçamentário.



<b>Técnico</b>	Não conformidade dos veículos com as especificações	Baixa	Alto	Realizar inspeções de qualidade rigorosas antes da aceitação dos veículos. Incluir cláusulas contratuais que prevejam penalidades severas em caso de não conformidade e estabelecer prazos para correção ou substituição.
<b>Logístico</b>	Dificuldades na logística de entrega dos veículos e cumprimento dos prazos de entrega.	Média	Médio	Planejar rotas de entrega eficientes. Coordenar com os municípios para garantir a disponibilidade de infraestrutura adequada para a recepção dos veículos. Ter planos de contingência para lidar com possíveis obstáculos logísticos. Verificar a capacidade do fornecedor em cumprir os prazos de entrega estabelecidos.
<b>Legal</b>	Mudanças na legislação que afetam a aquisição e conformidade legal.	Baixa	Médio	Manter-se atualizado sobre as mudanças na legislação. Incluir cláusulas contratuais que considerem a possibilidade de ajustes em conformidade com novas leis. Consultar regularmente um profissional jurídico para garantir conformidade legal. Assegurar que a Adesão à Ata esteja em conformidade com a legislação vigente, incluindo a Lei n. 14.133/2021.
<b>Ambiental</b>	Impacto ambiental negativo dos veículos adquiridos	BAixa	Médio	Escolher fornecedores que sigam práticas sustentáveis na fabricação dos veículos. Incluir cláusulas contratuais que exijam a conformidade com normas ambientais.

## 14. Condições do recebimento do veículo e prazo de entrega

14.1 O prazo de entrega do veículo será de 120 (cento e vinte) dias e a vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data indicada no instrumento contratual, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021.

14.2 PRIMEIRO EMPLACAMENTO: O veículo deverá ser entregue com primeiro emplacamento em nome do Fundo Municipal de Saúde de Alta Floresta D'Oeste - Rondônia, devidamente registrado no DETRAN. Qualquer despesa com o emplacamento do veículo será responsabilidade da vencedora do certame.

14.3 Na entrega técnica, o Fornecedor apresentará ao Proprietário todas as informações sobre os recursos que seu veículo oferece e suas funcionalidades, instruções fundamentais sobre condução econômica, instruções sobre a importância da manutenção preventiva, frequências recomendadas para a troca de óleo e filtros e sobre a garantia do veículo.

14.4 O veículo deverá ser entregue com vedação completa, e demais equipamentos normais de produção pertinentes ao modelo e equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro.

14.5 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

14.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

14.7 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



14.8 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

14.9 O Fundo Municipal de Saúde de Alta Floresta D'Oeste – Rondônia, não aceitará ou receberá qualquer objeto com atraso, defeito ou imperfeição, em desacordo com as especificações e condições constantes neste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto.

14.10 Na hipótese de substituição ou complementação do objeto, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

14.11 Não sendo sanadas as irregularidades nos prazos acima indicados, o setor responsável pelo recebimento do objeto reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente, que deverá proceder à instauração do devido processo administrativo para aplicação de penalidades.

14.12 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado Central, Avenida Minas Gerais, 4626, Bairro Cidade Alta, Alta Floresta D'Oeste/RO, CEP 76.954-000, das 07h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira.

14.13 A garantia do veículo será de 12 meses, contada a partir da entrega, período durante o qual a empresa deverá oferecer assistência técnica autorizada, devendo possuir toda gama de peças de manutenção com mão de obra qualificada no Estado de Rondônia.

## 15. Dotação Orçamentária

**Órgão/Unidade orçamentária:** 03.001 - Fundo Municipal de Saúde

**Reduzido:** 101

**Projeto/Atividade:** 10.301.0025.1.226 – Aquisição de Ônibus Executivo Rodoviário

**Elemento de despesa:** 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

### REPASSE FUNDO A FUNDO:

RECURSOS PROVENIENTES DE EMENDA PARLAMENTAR DE AUTORIA DO DEPUTADO FEDERAL JEAN DE OLIVEIRA AO MUNICIPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE – RONDÔNIA.

**CONVÊNIO,** Recurso Proveniente Emenda Parlamentar SEI 0036.052286/2025-31

Governo do Estado de Rondônia – SESAU

Valor de R\$3.000.000,00 (Três Milhões de Reais)

## 16. Viabilidade da Contratação

16.1 Diante de toda a análise desenvolvida neste Estudo Técnico Preliminar, devido à necessidade do objeto pretendido e justificativas da unidade demandante, não se vislumbra elementos contrários à solução proposta, logo a presente contratação se configura tecnicamente VIÁVEL, e necessária.

## 17. Anexo

- DFD
- Cotações – precificação de Empresas que comercializam veículos;

Solicitação orçamentária n. 1555/2025 – Valor Global de **R\$2.624.666,66 (Dois Milhões, Seiscentos e Vinte e Quatro Mil, Seiscentos e Sessenta e Seis Reais e Sessenta e Seis Centavos).**

ETP – Elaborado por:



•Estado de Rondônia•  
PREFEITURA MUNICIPAL DE

# ALTA FLORESTA D'OESTE

PODER EXECUTIVO

*Mariângela da Silva Assis Fernandes*

Administrativo – Matrícula 007  
SEMSAU / Alta Floresta D'Oeste / RO

Alta Floresta D'Oeste – RO, 12 de Dezembro de 2025.

*Weslley Ribeiro Bastos*

Secretário Municipal de Saúde  
Portaria nº 264/ 2025 / GAB



## ANEXO II

### CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

A habilitação das empresas vencedoras do Pregão será feita pela análise da documentação. Encerrada a fase de lances e negociação, o(a) pregoeiro(a) solicitará dos licitantes classificados provisoriamente em primeiro lugar, o envio da Documentação de Habilitação exclusivamente via Sistema, observado o prazo limite de até 02 (duas) horas, conforme descrito no preâmbulo deste edital.

#### HABILITAÇÃO JURIDICA:

- a) Documentos de Identidade e do CPF do representante legal da licitante.
- b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ (cartão CNPJ);
- c) Contrato Social ou instrumento equivalente, em vigor; que comprove o ramo de atividade da empresa, o qual deverá ser compatível com o objeto do Pregão.

#### QUALIFICAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- d) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal (se houver), relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda **Federal**.
- f) Prova de Regularidade com a Fazenda **Estadual**.
- g) Prova de Regularidade com a Fazenda **Municipal** da sede da licitante.
- h) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**.
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT**(Lei nº 12.440/11).
- j) **Declaração Conjunta** conforme modelo, Anexo V deste edital e/ou **DECLARAÇÃO ÚNICA**, disponível no rol HABILITANET do sistema LICITANET.

#### QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- k) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- l) Atestado (s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado que comprove(m) que a LICITANTE executou ou está executando, a contento, o fornecimento de ÔNIBUS, devendo o(s) documento(s) conter(em) o nome, o endereço e o telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma de que o FMS possa valer-se para manter contato com os declarantes.
- m) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- n) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- o) Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do edital do processo.
- p) Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com o art. 64, da Lei 14.133/21.
- q) A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- r) A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.





- s) Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- t) A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- u) Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- v) Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- w) Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor

## QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- x) Certidão negativa de Falência ou Recuperação Financeira expedida pelo site do Tribunal de Justiça da sede do licitante, expedida nos últimos 60 (sessenta) dias caso não conste o prazo de validade.

*Admitir-se-á à licitante em Recuperação Financeira a apresentação de Certidão emitida pela instância judicial competente pela ação judicial, ou seja, onde tramita o processo, que comprove que está economicamente apta para participar de procedimentos licitatórios, nos termos da Lei n.11.101/2005, e Acórdão do TCU 1201/2020 Plenário;*

- y) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
  - O Balanço Patrimonial deverá possuir:
    - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
    - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
    - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
    - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
  - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da parcela pertinente;



- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

## DECLARAÇÕES:(Anexo V)

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

- ✓ Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- ✓ Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação
- ✓ Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- ✓ Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- ✓ Cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- ✓ Responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema.
- ✓ Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- ✓ Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.
- ✓ Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- ✓ Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- ✓ Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- ✓ Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.
- ✓ Que não utiliza de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos
- ✓ Que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declarações utilizadas para critério de desempate, conforme Art. 60:

§ 1º III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

§ 1º IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

## OUTRAS DISPOSIÇÕES:

Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art.43 da Lei Complementar nº 123/06.



Não serão aceitos, protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.

As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis. O uso de *documento falso* para fraudar o caráter competitivo de uma *licitação* está previsto no tipo penal do artigo 155 da Lei das *Licitações*, a Lei 14.133/21.

Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos nos últimos 90 (noventa) dias para a Certidão de Falência e Recuperação Judicial, e emitidos nos últimos 60 (sessenta) dias para as demais.

O pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

A aceitação das certidões exigidas está condicionada à verificação de sua autenticidade e validade na internet nos sites: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br), [www.sefin.ro.gov.br](http://www.sefin.ro.gov.br), [www.previdenciasocial.gov.br](http://www.previdenciasocial.gov.br), [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), [www.tj.ro.gov.br](http://www.tj.ro.gov.br) e [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br), respectivamente. Em se tratando de empresas licitantes com sede em outro município ou Unidade da Federação, tal procedimento será realizado no site pertinente expresso na Certidão apresentada pela empresa.

**ANEXO III**  
**ESTIMATIVA DE CUSTOS**  
**(Relação de Itens)**

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	VALORES MÁXIMOS	
					VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	35166	ÔNIBUS RODOVIÁRIO, NOVO, 0 KM, NA COR PRETA, ANO FAB/MOD 2025 OU SUPERIOR, CONTENDO AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CHASSI: DIMENSÕES: BALANÇO DIANTEIRO 2.200MM, ENTRE-EIXO 2.600MM, BALANÇO TRASEIRO 2.670MM, PESO BRUTO TOTAL (PBT) HOMOLOGADO 27.000 TON, COM PLATAFORMA DO MOTORISTA TIPO LOW DRIVE MOTOR: TRASEIRO, 06 CILINDROS, ADEQUADO A NORMA PROCONVE P8 / EURO 6, COM POTÊNCIA ISO 1585 (HP) DE 449 CV A 460 CV COM (330 KW a 345 KW COM 1400 a 1800 RPM) E OU 450 HP COM (331 KW a 1.800 RPM), TORQUE ISO 1585 (Nm) 2.200 (Nm) a 2.350 (Nm) de 1.000 a 1.400 (rpm), MOTOR COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 12,8 a 13 LITROS (L), SISTEMA DE INJEÇÃO INDIVIDUAL DIRETA E OU COMMON RAIL E OU SEMELHANTE DE MESMA FUNCIONALIDADE, SISTEMA DE TRATAMENTO DE GASES REDUÇÃO CATALÍTICA SELETIVA DE MP e NOx (DOC + DPF + SCR) E OU SEMELHANTE COM A MESMA FUNCIONALIDADE, POLIA ADICIONAL PARA AR CONDICIONADO, PREPARAÇÃO PARA CAPITAÇÃO DE AR NO TETO TRANSMISSÃO: AUTOMÁTICA E OU AUTOMATIZADA COM ACIONAMENTO POR MEIO DE ALAVANCA, COM 12 MARCHAS + MARCHA RÉ; SUSPENSÃO: DIANTEIRA, EIXO MOTRIZ E EIXO TRASEIRO AUXILIAR COM BOLSÕES DE AR PNEUMÁTICA, AMORTECEDORES PARA CARROCERIA DOUBLE DECKER, CONTROLE ELETRÔNICO DA SUSPENSÃO ECAS E OU SEMELHANTE COM MESMA FUNCIONALIDADE, BARRA ESTABILIZADORA, SISTEMA DE AJOELHAMENTO E ELEVAÇÃO DA SUSPENSÃO, SISTEMA ANTITOMBAMENTO, FREIOS: FREIOS DE SERVIÇO A TAMBOR E OU DISCO, REGULADOR AUTOMÁTICO DE LONAS DE FREIO ( EM CASO DE SER A TAMBOR), FREIO MOTOR, FREIO TOP BRAKE, SISTEMA ANTIPATINAÇÃO, RETARDER, SISTEMA DE FRENAGEM ELETRÔNICO (EBS) + ABS, FREIO DE PARADA, ASR SISTEMA ANTIPATINAÇÃO E OU SEMELHANTE COM MESMA FUNCIONALIDADE, CONTROLE DE ESTABILIDADE (ESP), SISTEMA DE FRENAGEM DE EMERGÊNCIA, LEITOR DE FAIXA DE ROLAGEM, MONITORAMENTO DE PRESSÃO E TEMPERATURA DOS PNEUS, SISTEMA DE TELEMETRIA, ASSISTENTE DE PARTIDA DE RMPA E OU SEMELHANTE COM A MESMA FUNCIONALIDADE, VOLUMES: TANQUE DE ARLA 32 DE 49 LITROS (L), RODAS e PNEUS: 9.00X22.5 ALUMINIO, 295/80 R.22.5, SISTEMA ELÉTRICO: ALTERNADOR 1X28V / 150 A, BATERIA LIVRE MANUTENÇÃO 2X12V 220Ah, CHAVE GERAL; EQUIPADO COM COMPUTADOR DE BORDO, PILOTO AUTOMÁTICO, TACÓGRAFO TIPO DIGITAL COM BOBINA DE PAPEL, SISTEMA DE DIREÇÃO: COLUNA DE DIREÇÃO REGULÁVEL,	UND	01	R\$2.624.666,66	R\$2.624.666,66



ITE M	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	VALORES MÁXIMOS	
					VL. UNIT.	VL. TOTAL
		VOLANTE MULTIFUNCIONAL COM TECLAS. CARROCERIA: ENCARROÇAMENTO: MODELO DOUBLE DECKER (PANORÂMICO), MODELO DE CARROCERIA RODOVIÁRIA, VERSÃO DO CHASSI 8X2, TIPO DE SERVIÇO PISO INFERIOR LEITO, TIPO DO SERVIÇO PISO SUPERIOR SEMI-LEITO, POSIÇÃO DO CORREDOR PISO INFERIOR DESLOCADO, POSIÇÃO DO PISO SUPERIOR CENTRALIZADO, NÚMERO DE AUXILIARES NO CARRO 02, NÚMERO TOTAL DE PASSAGEIROS 60 (SESENTA), QUANTIDADE DE PASSAGEIROS PISO INFERIOR 12 (DOZE), QUANTIDADE DE PASSAGEIROS PISO SUPERIOR 48 (QUARENTA E OITO), COMPRIMENTO TOTAL CARROCERIA 15.000 MM, LARGURA EXTERNA DE 2.600 MM, ALTURA EXTERNA CONSIDERANDO AR CONDICIONADO DE 4.100 MM, ALTURA INTERNA PISO SUPERIOR DE 1.780 MM, ALTURA INTERNA PISO INFERIOR DE 1.800MM, TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE PARA 650(L), BOCAL DE ABASTECIMENTO LADO ESQUERDO, POSIÇÃO DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL NO ENTRE-EIXO, PROPULSÃO DIESEL, SAÍDA DO ESCAPAMENTO POR BAIXO DO PARA CHOQUE TRASEIRO, SISTEMA DE CAPITAÇÃO DE AR NA TRASEIRA SUPERIOR LADO ESQUERDO, POSIÇÃO DO MOTORISTA LHD, POSIÇÃO DO SISTEMA DE ARREFECIMENTO DO MOTOR SENDO RADIADOR LADO DIREITO/ESQUERDA, COM GAIOLA UNIFICADA, COMPARTIMENTO PARA TACOGRAFO, CORPO DA CARROCERIA: CARROCERIA COM CONCEITO ESTRUTURAL CONTRAN 629/16-ECE R66.02 VCA, BALANÇO DIANTEIRO DO CHASSI NORMAL (ORIGINAL DO CHASSI), PLATAFORMA DO MOTORISTA SOBRE O RODADO DIANTEIRO REBAIXADO (ORIGINAL CHASSI), PROTEÇÃO ANTI-CORROSIVA PARA AMBIENTE POUCO AGRESSIVO, REVESTIMENTO INTERNO DO TETO SENDO ABAIXO DAS JANELAS DO PISO SUPERIOR/INFERIOR NO PADRÃO DO FABRICANTE DA CARROCERIA DE FACIL LIMPEZA E OU SEMELHANTE COM A MESMA FUNCIONALIDADE, REVESTIMENTO INTERNO CENTRO TETO DO PISO INFERIOR TIPO BP PLUS REVESTIDO DE FACIL LIMPEZA E OU SEMELHANTE COM A MESMA FUNCIONALIDADE, ASSOALHO DE MADEIRA COM 12 MM DE ESPESURA, PARA AMBOS OS PISOS SUPERIOR/INFERIOR, REVESTIMENTO DOS DEGRAUS DA ESCADA , CABINE DO MOTORISTA, TUNEL EM MATERIAL MADEIRADO DE ALTA RESISTÊNCIA E ANTI-DERRAPANTE DO TIPO TARAFLEX, GUARNIÇÃO JUNTO A ESCADA DO PISO INFERIOR, MATERIAL DA ESCADA EM FIBRA, REVESTIMENTO ASSOALHO ABAIXO DA(S) POLTRONAS PISO SUPERIOR/INFERIOR TIPO TAPATE MADEIRADO, REVESTIMENTO ASSOALHO CORREDOR DO PISO SUPERIOR/INFERIOR TIPO TAPATE MADEIRADO DE ALTA RESISTÊNCIA, ISOLAMENTO NA(S) CABECEIRA(S) TRASEIRA DO PISO INFERIOR, PACOTE TERMO-ACUSTICO E DE RUÍDO INTERNO E EXTERNO, ISOLAMENTO TÉRMICO NO TETO E NA(S) LATERAL(S) EM MATERIAL DO TIPO MANTA ELASTOMÉRICA E OU SEMELHANTE DE MESMA FUNCIONALIDADE, MATERIAL DE CHAPEAMENTO INFERIOR EM ALÚMINIO, SISTEMAS DE ABERTURA: PARA-BRISA INFERIOR DIVIDIDO EM DUAS PARTES COM BORRACHA NA COR VERDE ,SUPERIOR INTEIRO COLADO COM PELICULA, 02 RENOVAADORES DE AR NO PISO SUPERIOR, SENDO 01 NA DIANTEIRA E 01 NA TRASEIRA AMBOS COM MECANISMOS DE ABERTURA, TAMPA DE INSPEÇÃO NO ASSOALO PARAFUSADA, SISTEMA DE SEGURANÇA PARA AS PORTAS DO TIPO DOOR BRAKE E OU SEMELHANTE COM A MESMA FUNCIONALIDADE, TIPO DE ACIONAMENTO DAS PORTAS ELETROPNEUMÁTICO, PORTA DE SERVIÇO COM VIDRO INFERIOR, TIPO DA PORTA DIANTEIRA LADO DIREITO COM DOBRADIÇA E SISTEMA DE ABERTURA MANUAL, TIPO DA PORTA DIANTEIRA LADO DIREITO NO ENTRE-EIXO PANTOGRÁFICA, JANELA DA PORTA DE SERVIÇO DIANTEIRA LADO DIREITO COM DOIS VIDROS DE CORRER, POSIÇÃO DA PORTA DE SERVIÇOS NO ENTRE-EIXO LADO DIREITO ATRÁS DO RODADO DIANTEIRO, TIPO DA PORTA NO ENTRE-EIXO PARA ACESSO A POLTRONA MÓVEL (DPM) PANTOGRÁFICA, POSIÇÃO DA PORTA PARA ACESSO POLTRONA MÓVEL (DPM) APÓS A PORTA DO ENTRE-EIXO LADO DIREITO, PORTA PARA MOTORISTA LADO ESQUERDO, JANELA DA PORTA DO MOTORISTA COM DOIS VIDROS DE CORRER, VIDROS DAS JANELAS DO SALÃO PISO SUPERIOR E INFERIOR COLADOS NA COR FUME COM PELICULA INSULFILME PADRÃO G5, 07 JANELAS DIFERENCIADAS DO SALÃO SENDO 04VIDROS COLADOS COM VENTAROLA NO PISO SUPERIOR 02 LADO DIREITO E 02 LADO ESQUERDO, 02 VIDROS COLADOS COM VENTAROLA NO PISO INFERIOR, 01 LADO DIREITO E 01 LADO ESQUERDO, 01 VENTAROLA NO SANITÁRIO, TRAVAMENTO DO(S) BAGAGEIRO(S) LATERAIS SOB RODADO COM BLOQUEIO E CHAVE, TIPO DE PORTINHOLA DO BAGAGEIRO LATERAL DOBRADIÇA, POSIÇÃO DA VALVULA DE TRAVAMENTO DO BLOQUEIO DO(S) BAGAGEIRO(S) 01 PARA TODOS LADO DIREITO, 01 PARA TODOS LADO ESQUERDO, PORTINHOLA TRASEIRA COM TRAVAMENTO TIPO CHAVE, PORTINHOLA LATERAL TRASEIRA DO MOTOR COM TRAVAEMENTO DO TIPO CHAVE, PORTINHOLA DO TANQUE DE COMBUSTIVEL COM TRAVAMENTO DO TIPO CHAVE, PORTINHOLA DO PORTA ESTEPE COM TRAVAMENTO DO TIPO CHAVE, SISTEMA EXTERIORES: LIMPADORES DE PARÁBRISA RADIAL, ESPELHOS RETROVISORES EXTERNOS DO TIPO CARENADO COM DESEMBACADOR, POSIÇÃO DO COMPARTIMENTO PORTA ESTEPE HORIZONTAL PROXIMO A RODA DIANTEIRA, COMPARTIMENTO DA BATERIA EM				



ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	VALORES MÁXIMOS	
					VL. UNIT.	VL. TOTAL
		MATERIAL DO TIPO ALUMÍNIO POSICIONADO NO BALANÇO TRASEIRO, COMPARTIMENTO PARA CAIXA DE FERRAMENTAS, BAGAGEIRO SOB RODADO TRASEIRO TOTAL PASSANTE E RECUADO, SISTEMA REBOCADOR NA DIANTEIRA, CAMBÃO, SISTEMA INTERIORES: PORTA DE ACESSO PISO INFERIOR SENDO 01 DE ACESSO PELO TUNEL PARA A CABINE COM FECHAMENTO INTERNO, 01 DE ACESSO AO TUNEL PARA O SALÃO COM FECHAMENTO INTERNO, PORTA JUNTO A GUARNIÇÃO NO ENTRE-EIXO COM VIDRO E SEM FECHADURA, VIDROS NA GUARNIÇÃO NO ENTRE-EIXO, CORTINAS LISAS NO SALÃO PISO SUPERIOR/INFERIOR, NA COR BEGE, COM VELCRO DO TIPO PARCIAL NA COR AREIA, SISTEMA DE FIXAÇÃO DAS CORTINAS SUPERIOR/INFERIOR COM CORDA, PORTA PACOTES NO PISO SUPERIOR COM ILUMINAÇÃO EM LED, ILUMINAÇÃO NORTUNA TIPO ICE BLUE NO PORTA PACOTES, POLTRONA DO MOTORISTA PNEUMÁTICA ERGONÔMICA EM FORMATO CONCHA, PNEUMÁTICA COMREGULAGEM DE ALTURA, APOIO DE CABEÇA E CINTO DE SEGURANÇA 03 PONTOS INTEGRADOS NA POLTRONA, POLTRONA DO MOTORISTA AUXILIAR TIPO LEITO INDIVIDUAL COM CINTO 03 PONTOS RETRÁTIL, POLTRONAS: PISO SUPERIOR COM REVESTIMENTO LATERAL INTERNO EM MATERIAL TIPO SINTÉTICO AUTOMOTIVO ESCURO, COSTURA APARENTE NA COR BEGE, PROTEÇÃO ANTICORROSIVA PARA A ESTRUTURA DAS POLTRONAS, MATERIAL DE APOIO DA CABEÇA CENTRO ENCOSTO DA POLTRONA DO TIPO VISCO ELASTICO / NEOPREME E OU SEMELHANTE COM A MESMA FUNCIONALIDADE NA COR CINZA, LARGURA DE 1060 MM, 05 PICOS DE RECLINAÇÃO, DESCANSA PERNAS, MANTA DAS POLTRONAS DO TIPO SUPER SOFT, TIPO DE CORTE DAS POLTRONAS SEMI-LEITO, MATERIAL DE REVESTIMENTO FRONTAL DAS POLTRONAS EM TECIDO NA COR ESCURA, CINTO DE SEGURANÇA 02 PONTOS RETRÁTIL COM SENSOR DE UTILIZAÇÃO DO CINTO DE SEGURANÇA, PROFUNDIDADE DO ACENTO EM 470 MM, QUANTIDADE DE LUGARES PISO SUPERIOR 48 LUGARES, DESCANSA BRAÇO MOVEL, PORTA COPOS, PISO INFERIOR COM REVESTIMENTO LATERAL INTERNO EM MATERIAL TIPO SINTÉTICO AUTOMOTIVO ESCURO, COSTURA APARENTE NA COR BEGE, PROTEÇÃO ANTICORROSIVA PARA A ESTRUTURA DAS POLTRONAS, MATERIAL DE APOIO DA CABEÇA CENTRO ENCOSTO DA POLTRONA DO TIPO VISCO ELASTICO / NEOPREME E OU SEMELHANTE COM A MESMA FUNCIONALIDADE NA COR CINZA, 04 PICOS DE RECLINAÇÃO, DESCANSA PERNAS, POLTRONAS COM MANTA TIPO HIPER SOFT, TIPO DE CORTE DA POLTRONA LEITO, MATERIAL DE REVESTIMENTO FRONTAL DAS POLTRONAS EM TECIDO NA COR ESCURA, CINTO DE SEGURANÇA 02 PONTOS RETRÁTIL COM SENSOR DE UTILIZAÇÃO DO CINTO DE SEGURANÇA, PROFUNDIDADE DO ACENTO EM 460 MM, QUANTIDADE DE LUGARES PISO SUPERIOR 12 LUGARES, BRAÇO DAS POLTRONAS FIXOS, PORTA COPOS, MATERIAL DO REVESTIMENTO BRAÇO DAS POLTRONAS EM COURO AUTOMOTIVO NA COR ESCURA, COSTURA APARENTE NA COR BEGE, VELCRO PARA FIXAÇÃO DAS CABECEIRAS DAS POLTRONAS NO PISO SUPERIOR E INFERIOR, LAYOUT E OU DISPOSIÇÃO DAS POLTRONAS DO PISO SUPERIOR 2X2, LAYOUT E OU DISPOSIÇÃO DAS POLTRONAS DO PISO SUPERIOR 2X1, SANITÁRIO NO ENTRE-EIXO PISO INFERIOR APÓS O RADADO DIANTEIRO LADO ESQUERDO, SISTEMA DE DESINFECÇÃO TIPO U-VC EMULTRAVIOLETA (ANTIMICROBIANO), VÁLVULA DO SANITÁRIO COM ACIONAMENTO JUNTO AO MOTORISTA, TANQUE DE AGUA LIMPA NA PLATAFORMA TRASEIRA COM CAPACIDADE PARA 90 (L), SISTEMA DE LIGAÇÃO DE AGUA LIMPA INDIVIDUAL, SISTEMA DE DESCARGA DO TIPO MANUAL E AUTOMÁTICO, TIPO DE EVACUAÇÃO DO SANITÁRIO POR GUILHOTINA, REFRIGERAÇÃO, 01 GELADEIRA DE 70 (L) LITROS, COM ABERTURA DA TAMPA TIPO CHANFRADA, FINAL DO CORREDOR PISO SUPERIOR, 01 GELADEIRA DE 53 (L) LITROS, COM ABERTURA DA TAMPA TIPO CHANFRADA, FINAL DO CORREDOR PISO INFERIOR, LIGAÇÃO DE AMBAS GELADEIRAS APÓS A CHAVE GERAL E ACIONAMENTO, 02 EXTINTORES DE INCÊNDIO DE 4 KG ABC, SANEFA MECÂNICA COM HASTE PARA MOTORISTA E MOTORISTA AUXILIAR, 02 DISPENSER DE ÁLCOOL EM GEL SENDO UM NA PORTA DO ENTRE-EIXO, 01 NO SANITÁRIO; SISTEMA DO AR CONDICIONADO, COM RENOVADOR DE AR JUNTO NO PISO SUPERIOR/INFERIOR FORÇADA, FILTRO DE AR CONDICIONADO, COM RENOVAÇÃO DE AR, SISTEMA DE DESINFECÇÃO TIPO U-VC EM ULTRAVIOLETA (ANTI-MICROBIANO), VENTILADORES DO TIPO ESCOVA, COM PROTEÇÃO PARCIAL DO EVAPORADOR NO PISO INFERIOR, COMPRESSOR BOCK FK40 / 650 cm³, PESO DO COMPRESSOR DE 32 KG, COMANDO DO ARCONDICIONADO JUNTO AO MOTORISTA, FILTRO AR CONDICIONADO ANTI-PÓLEN, SISTEMA DE ESTICAMENTO DE CORREIA DO AR-CONDICIONADO DO TIPO MOLAS, 01 ALTERNADOR AUXILIAR, CAPACIDADE DE 190.000 BTU/h (55 kW), VAZÃO EVAPORADOR SUPERIOR DE 6.600 m³/h, VAZÃO EVAPORADOR INFERIOR DE 3.300 m³/h, VAZÃO CONDENSADOR DE 11.600 m³/h, PESO DO APARELHO 153 kg, GÁS REFRIGERANTE R134a - 7,7 kg, DEFROSTER CABINE DO MOTORISTA COM VENTILAÇÃO/REFRIGERAÇÃO, COM SENSOR DE TEMPERATURA DO TIPO TERMOSTATO; SISTEMA ELETRÔNICO, PNEUMÁTICO E HIDRÁULICO: CHAVE GERAL JUNTO A CAIXA DE BATERIA, SENSOR				



ITE M	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	VALORES MÁXIMOS	
					VL. UNIT.	VL. TOTAL
		DE TEMPERATURA EXTERNO NO PAINEL, SISTEMA TIPO MULTIPLEX COM TELA COM TAMANHO DE 4.3", SISTEMA DE OPERACIONAL DA CARROCERIA COM COMANDO PELO MOTORISTA, INSTALAÇÃO DE 62 TOMADAS USB, SENDO 48 TOMADAS USB NO PISO SUPERIOR, 12 TOMADAS USB NO PISO INFERIOR, 02 TOMADAS NA CABINE DO MOTORISTA, 01 INVERSOR, 06 DELIMITADORAS EXTERNAS SENDO 03 BRANCAS NA DIANTEIRA E 03 VERMELHAS NA TRASEIRA, SIRENE DE RÉ, BUZINA DE AR CUMPRIMIDO, SENSOR DE ESTACIONAMENTO INSTALADO NO PARA-CHOQUE TRASEIRO, ADESIVOS REFLETIVOS CONFORME NORMA CONTRAN, ILUMINAÇÃO EXTERNA PRINCIPAL FRONTAL EM FULL LED, FAROL DE NEBLINA DIANTEIRO, SINALEIRA LATERAL CENTRAL TIPO POSIÇÃO, TRASEIRA PISCA E POSIÇÃO, ILUMINAÇÃO INTERNA PISO INFERIOR EM LED, ILUMINAÇÃO DECORATIVA NO TETO DO PISO INFERIOR, LUZ DICROICA PARA MOTORISTA COM ACIONAMENTO POR TOQUE, SINAL DE INDICATIVO DAS JANELAS DE EMERGÊNCIA NO PORTA PACOTE EM LED, LUZ NO CORREDOR PISO INFERIOR/SUPERIOR, ALTO FALANTES EMBUTIDOS NO PORTA PACOTES NO PISO SUPERIOR E DUTOS NO PISO INFERIOR, RADIO NA CABINE AM/FM INCORPORADO NO SISTEMA DE MULTIPLEX, INSTALAÇÃO DE 04 MONITORES LCD NO PISO SUPERIOR SENDO 03 UNIDADES DO MODELO LCD FIXO DE 15,6" FIXADO NO TETO E 01 UNIDADE DO MODELO LCD FIXO DE 21,5" FIXADO NA FRENTE INTERNA, 01 UNIDADE DO MODELO LCD FIXO DE 21,5" FIXADO NA PAREDE DO SANITÁRIO, 01 APARELHO DVD PLAYER COM ENTRADA PARA USB INSTALADO NO ARMARIO PORTA PACOTE PISO SUPERIOR FRENTE LE, INSTALAÇÃO DE 05 CÂMERAS DE GRAVAÇÃO E 04 CÂMERAS DE MONITORAMENTO SENDO 01 (UM) MARCHA RÉ, 01 DVR COM 500 GB, 01 TELA DE 07 POLEGADAS ACIMA DA CAEÇA DO MOTORISTA, 01 INTERFONE COM 03 CANAIS, FILTRO DE AR COM PURGADOR, PAINEL ELETRÔNICO DE INFORMATIVO INTERNO NO PISO SUPERIOR, PORTA DOCUMENTOS EM ACRÍLICO NA CABINE DO MOTORISTA, ITINERÁRIO ELETRÔNICO NA FRENTE SUPERIOR MODELO 13X128X13 NA COR AMBAR, CAMAROTE DO MOTORISTA LADO DIREITO COM CORTINA E ABERTURA PORTINHOLA LADO DIREITO SOB RODADO DIANTEIRO E BAGAGEIRO COM ABERTURA LADO ESQUERDO SOB RODADO DIANTEIRO, ARCONDICIONADO PARA CAMAROTE DO MOTORISTA, ELEVADOR TIPO DPM, NORMA AUXILIAR DE ACESSIBILIDADE NBR 15320 COM DPM, CAPACIDADE DE CARGA POR BAGAGEIRO 10KG, PINTURA SÓLIDA, NÃO INCLUSO IMAGEM DE ALTA DEFINIÇÃO, DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELOS ORGÃOS VIGENTES DE TRANSITO. *INFORMAÇÕES ADICIONAIS: *O VEICULO DEVERÁ POSSUIR TODOS OS ITENS OBRIGATÓRIOS CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE E O CÓDIGO NACIONAL DE TRANSITO; *DEVERÁ SER CONSTRUÍDO DENTRO DO CONCEITO ESTRUTURAL CONTRAN 629/16-ECE R66.02, DEVIDAMENTE COMPROVADA POR MEIO DE DOCUMENTOS EMITIDOS POR UMA CERTIFICADORA; *DEVERÁ SER ENTREGUE NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO, EMPLACADO/LICENCIADO POR CONTA DA CONTRADADA; *GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA ; *O ATENDIMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DEVERÁ SER PRESTADA POR EMPRESA DEVIDAMENTE CREDENCIADA, PELA FABRICANTE, LOCALIZADA PREFERENCIALMENTE NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO, SENDO ACEITO EM MUNICÍPIOS VIZINHOS EM UM RAJO MÁXIMO DE 500KM IDA/VOLTA DO ENDEREÇO DE DOMICÍLIO DO BEM. *O PRAZO DE ENTREGA DO VEÍCULO É DE ATÉ 120 DIAS A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO/ EMISSÃO DO EMPENHO; *O VEÍCULO DEVERÁ CONTER PLOTAGEM E PINTURA DA ARTE A SER FORNECIDA PELO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO, COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS A SER REPASSADAS À CONTRATADA. *DEVERÁ SER FABRICADO AFIM DE ATENDER A NORMA DE ACESSIBILIDADE NBR 15.320 COM DPM E NORMAS CONTRAN 445/16 ; *DEVERÁ CONTER COMPONENTES EM SUA CONFIGURAÇÃO ILUMINAÇÃO INTERNA PISO INFERIOR EM LED, ILUMINAÇÃO DECORATIVA NO TETO DO PISO INFERIOR, LUZ DICROICA PARA MOTORISTA COM ACIONAMENTO POR TOQUE, SINAL DE INDICATIVO DAS JANELAS DE EMERGÊNCIA NO PORTA PACOTE EM LED, LUZ NO CORREDOR PISO INFERIOR/SUPERIOR, ALTO FALANTES EMBUTIDOS NO PORTA PACOTES NO PISO SUPERIOR E DUTOS NO PISO INFERIOR, RADIO NA CABINE AM/FM INCORPORADO NO SISTEMA DE MULTIPLEX, INSTALAÇÃO DE 04 MONITORES LCD NO PISO SUPERIOR SENDO 03 UNIDADES DO MODELO LCD FIXO DE 15,6" FIXADO NO TETO E 01 UNIDADE DO MODELO LCD FIXO DE 21,5" FIXADO NA FRENTE INTERNA, 01 UNIDADE DO MODELO LCD FIXO DE 21,5" FIXADO NA PAREDE DO SANITÁRIO, 01 APARELHO DVD PLAYER COM ENTRADA PARA USB INSTALADO NO ARMARIO PORTA PACOTE PISO SUPERIOR FRENTE LE, INSTALAÇÃO DE 05 CÂMERAS DE GRAVAÇÃO E 04 CÂMERAS DE MONITORAMENTO SENDO 01 (UM) MARCHA RÉ, 01 DVR COM 500 GB, 01 TELA DE 07 POLEGADAS ACIMA DA CAEÇA DO MOTORISTA, 01 INTERFONE COM 03 CANAIS, FILTRO DE AR COM PURGADOR, PAINEL ELETRÔNICO DE INFORMATIVO INTERNO NO PISO SUPERIOR, PORTA DOCUMENTOS EM ACRÍLICO NA CABINE DO MOTORISTA, ITINERÁRIO ELETRÔNICO NA FRENTE SUPERIOR MODELO 13X128X13 NA COR AMBAR, CAMAROTE DO				





ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT.	VALORES MÁXIMOS	
					VL. UNIT.	VL. TOTAL
		MOTORISTA LADO DIREITO COM CORTINA E ABERTURA PORTINHOLA LADO DIREITO SOB RODADO DIANTEIRO E BAGAGEIRO COM ABERTURA LADO ESQUERDO SOB RODADO DIANTEIRO, ARCONDICIONADO PARA CAMAROTE DO MOTORISTA, ELEVADOR TIPO DPM, NORMA AUXILIAR DE ACESSIBILIDADE NBR 15320 COM DPM, CAPACIDADE DE CARGA POR BAGAGEIRO 10KG, PINTURA SÓLIDA, NÃO INCLUSO IMAGEM DE ALTA DEFINIÇÃO, DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELOS ORGÃOS VIGENTES DE TRANSITO. *INFORMAÇÕES ADICIONAIS: *O VEICULO DEVERÁ POSSUIR TODOS OS ITENS OBRIGATÓRIOS CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE E O CÓDIGO NACIONAL DE TRANSITO; *DEVERÁ SER CONSTRUÍDO DENTRO DO CONCEITO ESTRUTURAL CONTRAN 629/16-ECE R66.02, DEVIDAMENTE COMPROVADA POR MEIO DE DOCUMENTOS EMITIDOS POR UMA CERTIFICADORA; *DEVERÁ SER ENTREGUE NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO EMPLACADO/LICENCIADO POR CONTA DA CONTRADADA; *GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA ; *O ATENDIMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DEVERÁ SER PRESTADA POR EMPRESA DEVIDAMENTE CREDENCIADA PELA FABRICANTE, LOCALIZADA PREFERENCIALMENTE NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO, SENDO ACEITO EM MUNICÍPIOS VIZINHOS EM UM RAIO MÁXIMO DE 500KM IDA/VOLTA DO ENDEREÇO DE DOMICÍLIO DO BEM. *O PRAZO DE ENTREGA DO VEÍCULO É DE ATÉ 120 DIAS A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO/ EMISSÃO DO EMPENHO; *O VEÍCULO DEVERÁ CONTER PLOTAGEM E PINTURA DA ARTE A SER FORNECIDA PELO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO, COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS A SER REPASSADAS À CONTRATADA. *DEVERÁ SER FABRICADO AFIM DE ATENDER A NORMA DE ACESSIBILIDADE NBR 15.320 COM DPM E NORMAS CONTRAN 445/16 ; *DEVERÁ CONTER COMPONENTES EM SUA CONFIGURAÇÃO				
VALOR GLOBAL					R\$2.624.666,66	

Valor Máximo : **R\$2.624.666,66 (Dois Milhões, Seiscentos e Vinte e Quatro Mil, Seiscentos e Sessenta e Seis Reais e Sessenta e Seis Centavos).**

**Atenção:** Para preenchimento da Proposta (Anexo IV) deve-se seguir estritamente esta ordem e numeração dos itens, facultando ao licitante participar **apenas dos itens de seu interesse.**

## 1 INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1 Os interessados podem apresentar proposta para quaisquer dos **ITENS/LOTES** de seu interesse, individualmente, respeitado o critério de julgamento.
- 1.2 Independentemente de o critério de julgamento ser pelo valor do **ITEM**, do **LOTE**, ou **GLOBAL**, os itens serão analisados pelo valor unitário. Qualquer item que tiver seu valor superior ao valor estimado pela administração, deverá ser retificado ou será desclassificado.
- 1.3 Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.



ANEXO IV

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

À  
PREFEITURA DE ALTA FLORESTA DOESTE/RO  
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº .....  
PROCESSO Nº.....

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos objetos abaixo discriminados, conforme Edital, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

RAZÃO SOCIAL:  
CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:  
REPRESENTANTE E CARGO:  
CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:  
ENDEREÇO e TELEFONE:  
AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

Declaramos que o [e-mail](#) informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todas as comunicações oficiais, inclusive notificações, e nos comprometemos em mantê-lo atualizado junto à Prefeitura de Alta Floresta D Oeste-RO.

Declaramos conhecer e concordar com todas as condições deste edital e seus anexos e apresentamos nossa proposta de preços para o fornecimento do objeto do certame conforme valores e especificações técnicas a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL						

**Atenção:** O preenchimento desta proposta deve seguir estritamente a ordem e numeração dos itens conforme Anexo III - Estimativa de Custos, incluindo a Marca (quando houver) sob pena de invalidação da proposta.

**Poderá ainda ser utilizado o relatório de Proposta Final expedido pelo sistema LICITANET em substituição, sem prejuízo do procedimento licitatório.**

**VALIDADE DA PROPOSTA:** \_\_\_\_\_ dias (no mínimo 60 (sessenta) dias), contados da apresentação da proposta final corrigida.

**PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO:** Conforme o Termo de Referência e Edital.

As despesas relativas a eventuais trocas dos produtos por força da garantia correrão por conta da contratada.

**Declaramos, sob as penalidades da lei, que:**



O(s) produto(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não reconcondicionado(s), não remanufaturado(s) ou reciclado(s).

Nos preços propostos estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da licitação em referência.

Concordamos e nos submetemos a todos os termos, normas e especificações do pertinente Edital, bem como, às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação.

Declaramos também que:

a) A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura de Alta Floresta D'Oeste/RO antes da abertura oficial das propostas;

A empresa declara ainda que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la e que tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21.

Local e data

---

Assinatura do representante legal da empresa



ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_\_ /202X.

A .....(**nome da empresa**)....., CNPJ/MF Nº ....., sediada .....  
(**endereço completo**)....., telefone para contato ..(.....)....., e-mail ....., Declaramos  
para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão,  
o que se segue:

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

- ✓ Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- ✓ Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação
- ✓ Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- ✓ Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- ✓ Cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- ✓ Responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema.
- ✓ Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- ✓ Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.
- ✓ Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- ✓ Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- ✓ Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- ✓ Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.
- ✓ Que não utiliza de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos
- ✓ Que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declarações utilizadas para critério de desempate, conforme Art. 60.:

§ 1º III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

§ 1º IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Local e Data,

\_\_\_\_\_  
(Responsável legal e assinatura)



\* Quando do não envio desta declaração, poderá ainda ser utilizado o relatório de Declaração expedido pelo sistema LICITANET em substituição, sem prejuízo do procedimento licitatório.

**ANEXO VI**

**MINUTA DO CONTRATO**

PROC N.º 00000/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 000/2025

TERMO DE CONTRATO DE Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_,  
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ALTA  
FLORESTA D OESTE E A EMPRESA  
\_\_\_\_\_.

O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA DOESTE/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede e administração na Av. Brasil bairro redondo, nesta cidade e Comarca de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXX SSP/RO e CPF/MF n.º XXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado, o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a ..... para atender as necessidades da Secretaria Municipal XXXXXXXXXXXXXXXX, que serão entregues conforme as condições do anexo do Edital, PELO PERÍODO DE \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) MESES, estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**1.3. Objeto da contratação:**

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UND	QNT.	MARCA	V. UNT	V. TOTAL
TOTAL GERAL							

2 1.4. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: Termo de Referência que embasou a contratação, o Edital da licitação; a Proposta do Contratado; e eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.**

2.1. O prazo de vigência da contratação será a partir da data assinatura por até \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) meses, prorrogável por até \_\_\_\_ meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA TERCEIRA MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**



3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato e Decreto Municipal nº ...../2025.

## CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## CLÁUSULA QUINTA PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

### 5.1. PREÇO

5.1.1. O valor da aquisição é de R\$ XXXXXX (XXXXXX).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

### 5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devido encargos moratórios, desde a data limite para pagamento (30 dias após apresentação da nota fiscal) até a data do efetivo pagamento pelo CONTRATANTE, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

Em = Encargos Moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = 1/365$      $I = 6/100/365$      $I = 0,00016438$

Onde I = taxa percentual anual no valor de 6%

### 5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.3.1. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;

5.4.3.2. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.





5.4.3.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.3.4. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.3.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.4.3.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.3.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, realizada em .....

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

## CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e Decreto Municipal nº ...../2023;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto ou prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar a procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.

7.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21, se for o caso.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade fiscal, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: a) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal (mobiliários), especialmente quando o proponente possuir domicílio ou sede no município; b) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; c) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;



8.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

## CLÁUSULA DÉCIMA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, o Contratado que praticar qualquer uma das condutas elencadas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);



11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

11.2.4. Multa:

a) moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

b) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.2.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.2.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.2.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico financeiro.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.2.1.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



12.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e indenizações e multas.

## **13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1.: As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos consignados no Orçamento 2025 e 2025 onde o recurso encontra-se na dotação orçamentária: Categoria Econômica n.º 3.3.90.30.00 - Material de Consumo.

*\* Poderão ser utilizados recursos de outros projetos/atividade caso houver necessidade*

## **14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA FORO (art. 92, §1º)**

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Alta Floresta D Oeste para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Alta Floresta D Oeste, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Identificação e assinaturas:

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO